

Revista
**Socialismo
e Liberdade**

Ano VIII - Nº11 | julho de 2016

TANTO MAR

O 25 de abril é revisitado
pela deputada portuguesa
Joana Mortágua

DOSSIER CURDISTÃO: A SAGA DE UM POVO PELA LIBERDADE

As mulheres que fazem a
Revolução em Rojava
+ entrevista com Alp Altinörs,
do Partido Democrático
dos Povos (Turquia)

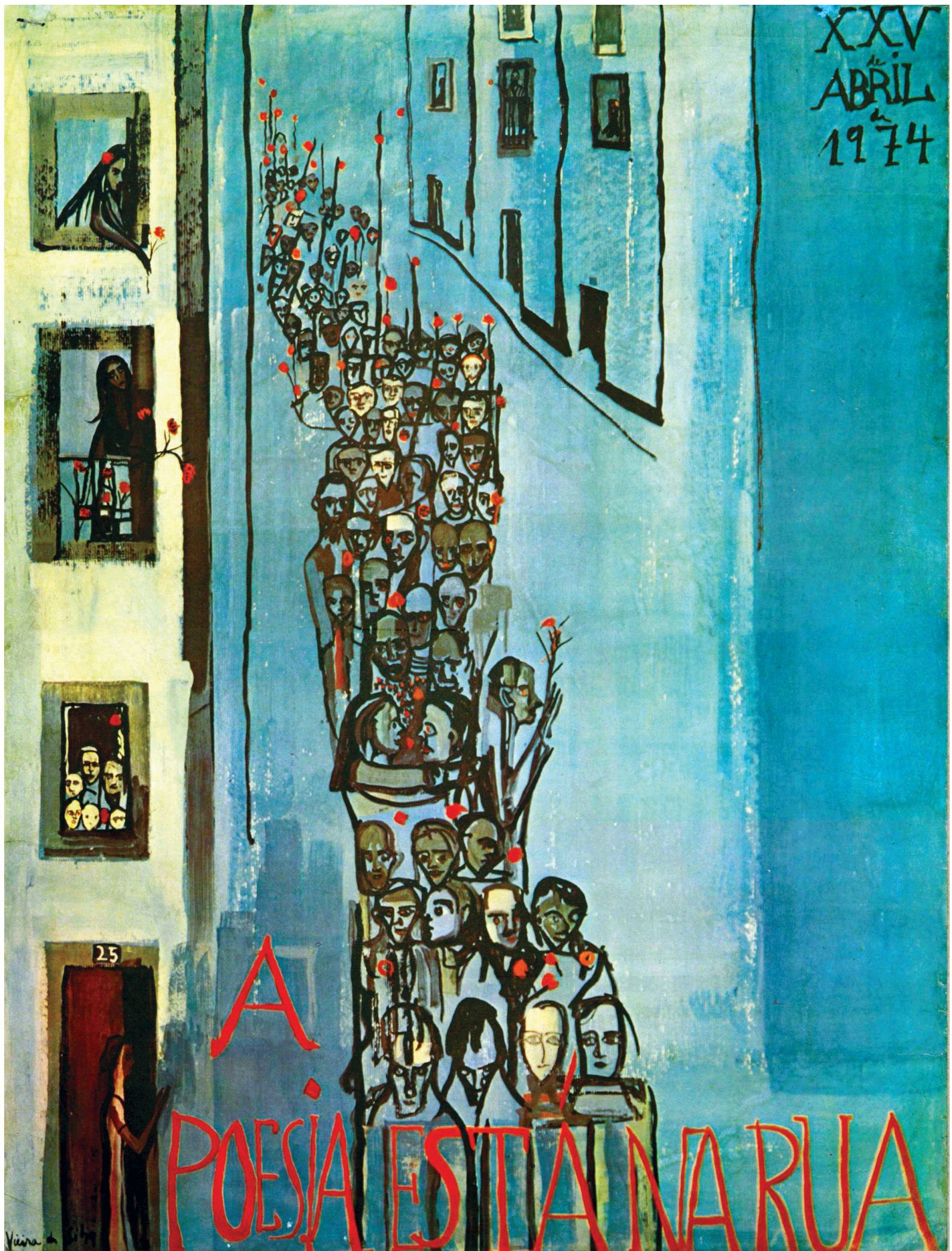
E SE SANDERS VENCESSE?

As propostas do pré-candidato
estadunidense e suas
consequências para o Brasil

LEANDRO E CARLITO

Milton Temer divide memórias da
militância ao lado dos grandes
Leandro Konder e
Carlos Nelson Coutinho





"A POESIA ESTÁ NA RUA AZUL", 1974.

S U M Á R I O

Editorial	4
A Crise e a recomposição da esquerda Venâncio Guerrero	5
Clima não rima com lucro ou por que a crise climática não se resolveu em Paris Alexandre Araújo Costa	8
Tanto mar Joana Mortágua	11
Cronologia	14
Poema 25 de abril	17
Dossier Curdistão A Saga de um povo pela liberdade	
A Revolução por trás das manchetes Joris Leverink	19
De Rojava, com amor Carolina Peters	23
Entrevista Alp Altinörs: um partido entre dois levantes Frederico Henriques	27
E se Sanders vencesse? Juliano Medeiros e Vitor Lucena	30
A origem do mal Pedro Luiz Tauil	35
Leandro e Carlito, pensadores maiores do nosso tempo Milton Temer	37
Entre o descaso e o extermínio: um panorama do genocídio da população negra no Brasil Luciete Silva e Ubiratã Ribeiro	38
Poema "Meu maio" Vladmir Maiakosvki	42

As obras exibidas na capa, ao lado e no texto de Joana Mortagua são da artista Maria Helena **Vieira Silva** (1908-1992).

"A poesia está na rua azul" (pag. 2), 1974.

"História trágico marítima" (detalhe - pág.11), 1944

"O Forno" (detalhe - pág.12), 1952

"Sem título" (detalhe - pág.15) 1952

A obra que ilustra o texto de Venâncio Guerreiro é de **Diego Rivera** (1886-1957).

"A insurreição" (detalhes - pags. 5,6 e 7), 1931.





Presidente
Juliano Medeiros

Diretor-financeiro
Lucas Van Ploeg

Diretor Técnico
Gilberto Maringoni



Presidente
Luiz Araujo

Secretário Geral
Fernando Silva

2ª Secretária Geral
Araceli Lemos

Secretário de Finanças
Israel Pinto Dutra

2ª Secretária de Finanças
Zeneide Nazaré Dos Santos

Secretaria de Organização
Leandro Martins Costa

2ª Secretária de Organização
Tetê Monteiro

Secretária de Comunicação
Albanise Pires

2ª Secretária de Comunicação
Brenna Paula Tavares

Secretaria de Mov.Sociais
João Carlos Dantas

2ª Secretária de Mov.Sociais
Luciete Maria Da Silva

Secretário de Rel. Internacionais
Francisvaldo Mendes

2º Secretário de Rel.Internacionais
Edilson Silva

Secretária de Rel. Institucionais
Mariana Costa Riscali

2º Secretário de Rel. Institucionais
Michel Oliveira Lima

Secretária de Formação
Zilmar Averita

2ª Secretária de Formação
Tárzia De Medeiros

Revista
**Socialismo
e Liberdade**

A **Revista Socialismo e Liberdade** é uma publicação da Fundação Lauro Campos. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo, as ideias contidas neles são de responsabilidade de seus autores. Editores: **Luiz Arnaldo Campos** e **Carolina Peters**. Produtor editorial: **José Ibiapino Ferreira**. Jornalista responsável: **Rodolfo Vianna (mtb 54.137/SP)**. Revisão: **Carolina Peters** e **Rodolfo Vianna**. Projeto Gráfico: **Cláudio Zamboni**. Edição Eletrônica: **Zaha Comunicação**. Endereço para correspondências: Rua Barão de Limeira, 1400 - C. Elíseos - CEP: 01202-002 - São Paulo-SP - Brasil. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: www.laurocampos.org.br - fundacao@laurocampos.org.br. [facebook.com/laurocampos](https://www.facebook.com/laurocampos). Tiragem: 6 mil exemplares.



EDITORIAL

Uma nova revista para novos tempos

A Fundação Lauro Campos tem o prazer de fazer chegar até você a nova revista Socialismo & Liberdade. Nossa revista, que não circulava há algum tempo, volta para estimular a reflexão e a troca de ideias, apresentar novos pontos de vista e lembrar acontecimentos e personagens que merecem estar sempre em nossa memória. Mas por que retomar a publicação de uma revista teórica de esquerda nesse momento?

O Brasil e o mundo vivem dias turbulentos. Por aqui, os trabalhadores enfrentam uma profunda crise econômica, social e política. A crise econômica se revela no baixo crescimento econômico, no aumento do desemprego e da inflação. A crise social é o resultado da diminuição dos investimentos públicos e dos cortes no orçamento das políticas sociais, como saúde, educação, saneamento e habitação. A crise política demonstra a falência de um modelo que não representa mais ninguém: a maioria dos políticos se perpetua no poder com a única intenção de assegurarem seus privilégios.

Diante dessa crise de três dimensões – econômica, social e política – os partidos conservadores, aqueles que representam o sistema de privilégios herdado do sistema colonial, colocaram em marcha uma saída que não resolve a crise em nenhuma das suas dimensões: o impeachment. A grande maioria desses partidos esteve com o PT durante todo o seu governo e não têm moral alguma para questionar os erros cometidos pela presidenta. São sócios minoritários de um projeto que está naufragando pelos erros cometidos por Dilma, que se elegeu com

um discurso de ampliação dos direitos e implementou um duro ajuste fiscal que retirou conquistas históricas dos trabalhadores.

Diante de uma situação tão complexa, é necessário desencadear múltiplos espaços de reflexão. O movimento contra o golpe mobilizou milhares de pessoas. Muitas delas, no entanto, não estavam nas ruas para salvar o governo Dilma: elas foram tocadas pela necessária defesa dos direitos e da democracia. Um novo momento da luta política se abriu no Brasil. Para transformar esse potencial mobilizador em combustível para um projeto de mudanças estruturais que dê voz e poder aos “de baixo”, será preciso oferecer múltiplos instrumentos a serviço deste desafio.

O PSOL tem cumprido importante papel neste momento histórico, fortalecendo a luta contra o golpe sem, no entanto, deixar de denunciar o caráter conservador do governo Dilma. Mas é preciso mais. E por isso, a Fundação Lauro Campos tem buscado promover espaços que permitam o encontro daqueles e daquelas que se identificam com as posições de nosso partido. Assim tem sido com os Coletivos de Conjuntura, no ciclo Cidades Rebeldes e em outros debates que temos apoiado e promovido. A publicação de diversas obras ao longo deste ano e a retomada da revista Socialismo & Liberdade fazem parte deste esforço.

Boa leitura,

Juliano Medeiros
Presidente da Fundação Lauro Campos



A crise e a recomposição do campo popular

A crise da chamada “nova matriz econômica” aplicada pelos governos petistas abriu portas para um tipo de fascismo social. Neste artigo temos a proposta de uma rota para recompor o campo popular, enfrentar a direita e construir a hegemonia socialista.

Venâncio Guerrero

Um dia somos todos amantes do gasto desenfreado, logo como num passe de mágica tudo isto é tão errado: “ajuste e seja responsável!”. O governo num dia aparece como o herói, “tá dentro e dando grana”; como num passe de mágica, ele passa a ser visto como o grande vilão. O país nunca foi tão horrível como com o PT! Bradam Cunha, Maluf e Blairo Maggi! É necessário entender as coisas em sua relação de bonança e miséria. Estamos ameaçados a entrar num momento de pobreza e autoritarismo. Por isso um balanço sincero do modelo da economia lulista e uma proposta factível de estratégia de esquerda para a recomposição popular são vitais, sem sectarismos nem cartas de intenções.

A RAIZ DO PROBLEMA

A crise econômica se joga nos Estados Unidos e China. Em termos gerais, o modelo em que estes países apostaram na forma de fazer dinheiro no mundo e, por isso mesmo, movimentar emprego, renda e lucros, está se esgotando. Por um lado, a lógica estadunidense de jogar com o futuro a partir de apostas financeiras e com seu poderio bélico já não tem frutos duradouros desde 2008. Por outro, os chineses, que dependem em grande medida do que compra o mundo, têm dificuldades em gerar lucro com sua crescente maquinaria de fazer coisas baratas e assim não podem garantir as esperanças de consumir toda a soja, petróleo e carne do mundo. Isso estoura a aposta de que a indústria de commodities

geraria um lucro indefinido.

A crise da economia brasileira é parte da crise internacional, mas numa versão singular. Para se aproveitar do dinheiro movimentado nas praças financeiras mundiais e oriundo do consumo chinês, era necessário o Lulismo, que criou fundamentos táticos para atrair estes recursos. Foi necessário ampliar o máximo possível a produção destas commodities, e o Brasil chegou a ser o maior exportador de carne, ganhando da Argentina. Era necessário criar grandes transnacionais como a Petrobrás, a JBS, a Odebrecht, a Gerdau etc., pois quem controla a cadeia de distribuição ganha o grosso do lucro.

Jogar bem o jogo da economia internacional lhe permitiu reservas internacionais e dinheiro suficiente para concluir bem nos

Não existiria modelo de mercado de massas nem bases suficientes para dar fundamentos externos à economia brasileira sem um pacto social em que setores dos trabalhadores, dos capitalistas agrícolas, dos empreiteiros, dos políticos pé-de-chinelo entrassem em acordo para que a máquina funcionasse.

fundamentos internos, isto é, criar um mercado de massas capaz de mover os principais espaços que geram emprego e renda no país.

A “bolsa família” é capaz de fomentar o consumo em pequenos negócios, com capacidade de gerar mais empregos que quilômetros de terra de soja produzidos com poucos trabalhadores¹. Logo, a injeção de crédito, os investimentos no setor da construção civil e o PAC criaram um caldo que ativou setores com alta capacidade de geração de emprego e renda e, por isso, de consumo. Isso atraiu ainda mais dinheiro externo, pois o Brasil se tornou uma marca, uma aposta para ser investida no longo prazo. Vieram estes grandes investidores com rios de dinheiro; compraram grandes prédios, ações da BOVESPA e reais; valorizou nossa taxa de câmbio, o dólar chegou a menos de R\$ 2,00.

Mas, tanto estes investidores estão jogando também em praças mais rentáveis que dependem do que se dá na China e nos Estados Unidos, como os juros que eles cobram são maiores do que é possível gerar na nossa economia,

1. O excedente que pode proporcionar o agronegócio de grande escala, sem ser investido em setores com capacidade de empregar pessoas, não adianta de nada, só gera concentração de renda.

e a expectativa de valorização gera investimentos que vão para além do que o mercado pode oferecer em consumo. Assim, esse jogo tem limite no Brasil, mas também no mundo².

POR QUE É UMA CRISE DO MODELO?

Não existiria modelo de mercado de massas nem bases suficientes para dar fundamentos externos à economia brasileira, sem um pacto social em que setores dos trabalhadores, dos capitalistas agrícolas, dos empreiteiros, dos políticos pé-de-chinelo, entrassem em acordo para que a máquina funcionasse. Assim o sistema parou de estar em convulsão social: tanto a esquerda sossega, como os políticos votam com o governo.

A economia e a política estão umbili-

2. Não existiria crescimento sem lulismo, como não haveria esta crise sem ele, pois o México é um exemplo de país grande com recursos de commodities como o petróleo, que teve crescimento espasmódico com pobreza estrutural, violência e nunca no nível do Brasil neste período. E a crise do Brasil também veio mais acentuada que em muitos outros países. Em outros trabalhos, aprofundo este debate utilizando dados que são expressados aqui numa análise mais político-estratégica, que é meu objetivo. Uma síntese se dá na minha dissertação: Política de Transnacionalización de Capital en Brasil: Resultados y Límites para el Caso de la JBS Friboi en el Sector de Carnes. Ciudad de México: Universidad Autónoma de México, enero de 2016.

calmente relacionadas e a crise é fruto do modelo político aplicado nestes últimos anos, que prefiro chamar neodesenvolvimentista com expressão política numa coalização ampla de poder, com PT e sua base social à frente do bloco, mas tendo o PMDB e frações menores do que foi a expressão política do velho coronelismo e das pequenas oligarquias como base de sustentação. A queda da exportação e a diminuição do consumo, o fim das construções desnecessárias, como são os estádios, se soma ao esgotamento do apoio popular, dado o aumento das falhas no modelo.

Junho de 2013 é a ação espontânea frente às contradições do crescimento econômico brasileiro, expressa principalmente na inflação, que é a forma como os capitalistas brasileiros inflam preços e ganham com a precariedade, desde o transporte público, moradia e alimentos a outros serviços públicos no Brasil. Mas vai se tornando uma crise do desemprego, que mostra que o governo já não pode mais garantir o pacto social.

Diminuição do PIB e dos preços das commodities se retroalimenta com a saída de capitais. Este esvaziamento do poder fiscal do Estado ajuda na quebra do pacto social, aumenta a inflação e diminui emprego. Há uma fuga da grande coalizão, pois a economia do jogo de influência se quebra, não há o que se comprar, pois o poder econômico ruiu, e todos se tornam mais honestos.

O descontentamento foi transferido para uma expressão de fascismo social, organizada por grupelhos de extrema-direita como o Movimento Brasil Livre (MBL); o conservadorismo de caserna de Bolsonaro; o extremo-conservadorismo da monarquia; grupos violentos que, mesmo não podendo se expressar numa possível coalizão de poder, podem influenciar políticas pela criação de uma hegemonia social ampla de consenso pelo autoritarismo político e ultraliberalismo econômico.

RECOMPOSIÇÃO DO CAMPO POPULAR.

Não é momento de lastimar o passado e sim mudar as coisas. Para isso, temos que recompor o campo popular e apostar em uma nova hegemonia de esquerda que faça frente ao fascismo social que tende a se expressar num programa político com privatização de tudo e desemprego galopante. Tanto é importante defender a democracia frágil que colocou o governo onde ele está, mesmo que ele seja parte da crise, como estar junto com setores amplos de unidade social, oriundos do lulismo e, em certa medida, adeptos da estratégia de mercado de massas. Temos que ganhar na propositiva, a partir inovações político-sociais de ampla unidade, mas com tática e estratégia que apontem para um programa que supere a inserção pelo mercado, ou seja, que tenha um caráter anticapitalista.

Essas inovações devem ter capacidade de formulação programática e estratégica que proponham vitórias com a experiência de ação direta da classe organizada brasileira, isto é, com referência de massas, com capacidade de intervenção nos setores organizados dos lutadores do campo, das ocupações urbanas e das juventudes progressistas, mas ultrapassar este setor. Garantir influência social em relações aos trabalhadores antes apoiadores do lulismo, agora descontentes que não se identificam completamente com a retórica direitista, mas também deslocar franjas populares que estão sob a égide da extrema direita e num eventual governo Temer possam se arrepender do que fizeram.

É necessária uma noção de factibilidade na elaboração da esquerda anticapitalista e socialista. Isso significa pensar que devemos nos propor a estar no poder no médio prazo e isso não necessariamente redundar numa revolução mundial que se daria automática e simultaneamente. Ao adotar medidas radicais necessárias, como distribuir terras e tornar públicas empresas chave, teremos focos de instabilidade político-sociais. Mas precisamos criar espaços de estabilidade, com emprego e convivência, mesmo

Temos que ganhar na propositiva, a partir inovações político-sociais de ampla unidade, mas com tática e estratégia que apontem para um programa que supere a inserção pelo mercado, ou seja, que tenha um caráter anticapitalista.

DIEGO RIVERAS. REPRODUÇÃO



que conflitiva, com setores capitalistas.

E mais, é necessário pensar no aprofundamento da democracia como forma de superar nosso atraso de cultura político-oligarca de classes médias, como a luta de massas por referendo revogatório, financiamento público e outras formas de democracia radical, que têm de sair do papel e da carta de intenções e se tornarem reais no curto prazo.

E, principalmente, precisamos discutir com toda a esquerda e mesmo setores honestos petistas, com quem hoje cerramos fileiras na luta contra o golpe, sobre a necessidade de economia popular com inserção pelos direitos. Assim, com uma ideia de solução econômica para garantir o pleno emprego por meio de programas populares, com novos atores econômicos, isto é, a reestruturação por baixo da economia e não pelo alto. Diferente do ajuste e do desemprego, é necessário criar novos setores geradores de emprego. A questão central é ter base financeira no fundo público do Estado e ter como principal agente produtivo a capacidade popular de auto-organização em setores produtivos. O grande capital deve ser regulado e taxado para redistribuir estes recursos na geração de emprego e direitos. É reatualizar reforma agrária, urbana e reformas que impliquem investimentos no setor público e na criação de salário digno.

Aqui, há um esboço de um modelo de economia popular que não cabe neste artigo, mas que é parte da realidade da nossa luta. Um programa que se tornou minoritário no PT, mas que se fez e se renova na oposição de esquerda e nas lutas sociais destes últimos anos. É necessário, para ontem, dar um sentido estratégico ao belo movimento vermelho que saiu às ruas contra o fascismo social e por direitos. O que significa não ter sectarismo entre aqueles que sempre puderam ter a razão. Agora não importa apenas saber das coisas, mas conviver com quem tem disposição para mudá-las.

Venâncio Guerrero é doutorando em economia pela UNAM (México) e militante do PSOL.



ARNAULD BUSSOU - MEDDE / SCOP21

Clima não rima com lucro, ou por que a crise climática não se resolveu em Paris

Apenas com boas intenções a crise climática não será resolvida. A batalha pela preservação do clima é essencial dentro da estratégia anticapitalista. Não se construirá o socialismo sobre um planeta arrasado

Alexandre Araújo Costa

Em dezembro do ano passado, aconteceu a COP21 (21ª “Conferência das Partes”), a cúpula da ONU cujo objetivo era elaborar um documento de acordo que tratasse da crise climática. Embora manifestações populares estivessem proibidas em Paris, às vésperas da Conferência centenas de milhares de pessoas foram às ruas de diversas cidades do mundo todo.

O acordo foi celebrado pelos “líderes mundiais” e até por parte do movimento social e ambiental. Mas se de um lado ele admite a necessidade de manter o aquecimento global “bem abaixo de 2°C”, reconhecendo os gra-

ves riscos apontados pelos cientistas, de outro, não há quase medidas práticas.

Mas, afinal, o que de fato está em jogo?

CLIMA: MAIOR E MAIS URGENTE DESAFIO

Com 402 partes por milhão de CO₂ na atmosfera, um aumento de 44% em relação aos tempos pré-industriais, uma quantidade formidável de calor – equivalente à explosão de 4 bombas de Hiroshima a cada segundo – tem se acumulado em nosso planeta.

As primeiras consequências desse processo já podem ser sentidas, especialmente em

anos como o de 2015, quando esse calor, em grande parte estocado nos oceanos, é redistribuído no sistema climático terrestre. Além do recorde histórico de temperatura média global, uma onda de calor mortífera que vitimou quase 4000 pessoas na Índia e Paquistão, secas recorde da Califórnia à Síria e ao Nordeste brasileiro, a formação do Patrícia (maior furacão já registrado) e 22 furacões e tufões de categoria 4 ou 5 (superando de longe o recorde anterior, de 18 tempestades deste calibre em 2009). Registre-se: 2016 começou nessa mesmíssima balada.

Há um consenso científico nítido sobre as causas do aquecimento global: a junção de

queima de combustíveis fósseis para geração de eletricidade e transporte; desmatamento; emissões da agropecuária (como a fermentação no processo digestivo dos rebanhos bovinos gigantescos); processos industriais, como a produção de cimento e gases de refrigeração. E há também uma forte concordância sobre o caráter extremo dos riscos envolvidos. Muitos cientistas são taxativos ao falar de riscos extremamente severos já com 2 graus acima das temperaturas pré-industriais, e mesmo da desintegração da civilização humana em cenários de aquecimento de 4 ou mais graus.

Mas aí é que o quadro se mostra no mínimo desolador. Em dois dos quatro principais cenários analisados pelo painel de cientistas organizado pela ONU (o tipicamente cauteloso IPCC), a mitigação é insuficiente. No pior deles, o de “business as usual” (em que nenhuma medida é tomada e se continua a queima de combustíveis fósseis como se não houvesse amanhã), projeta-se um aquecimento planetário devastador de 4,5 a mais de 6 graus ao final do século XXI, com tendência a aquecer ainda mais. Somente um dos cenários nos dá boas chances de mantermos o aquecimento global dentro de limites seguros: nele, a maior parte dos modelos climáticos prevê um aquecimento entre 1,3 e 1,9°C ao final do século XXI, com indícios de estabilização das temperaturas médias globais em maiores não muito acima dessa faixa. Acontece que esse cenário, que recebe a nomenclatura de “RCP2.6”, demandava que as emissões de gases de efeito estufa tivessem praticamente se estabilizado em 2010 para sofrerem redução significativa a partir de 2020 e não inventaram máquina do tempo para corrigir o estrago que foi o aumento dessas emissões de 2010 até agora.

O motivo da “urgência urgentíssima”, portanto, é nítido. Deixamos as emissões crescerem demais, construímos uma base “produtiva” gigantesca para atender à hiperdemanda de consumo, esmagadoramente dependente da queima de combustíveis fósseis como fon-

A mensagem que a comunidade científica envia há anos é direta: quanto mais alto esse pico de emissões, mais pesados terão de ser os esforços para puxá-lo para baixo

te de energia. A cada ano que adiamos o início das mudanças na matriz elétrica e de transporte, essas emissões, mesmo quando não crescem de um ano para o outro, se mantêm em níveis muito elevados, o suficiente para acumular 2 ppm de CO₂ (ou mais) por ano. A mensagem que a comunidade científica envia há anos é direta: quanto mais alto esse pico de emissões, mais pesados terão de ser os esforços para puxá-lo para baixo; quanto mais demorarmos para iniciar esse processo, por conta do efeito cumulativo, menor será a janela de tempo que teremos para fazê-lo. Isso se essa janela não se fechar simplesmente, o que já está no horizonte das próximas duas décadas.

A COP21 NÃO TROUXE AS RESPOSTAS NECESSÁRIAS

Diante de um problema grave, não basta reconhecer sua existência. É preciso apontar claramente os caminhos para solucioná-los.

No caso da questão climática, é preciso em primeiro lugar incidir diretamente sobre as causas. Se é verdade que o documento de Paris menciona o desmatamento, é vergonhoso que ele não cite em nenhuma linha sequer a

causa maior do aquecimento global, a queima de combustíveis fósseis e, obviamente, tenha eliminado a proposta de texto que indicava a “descarbonização” da economia como rumo necessário. Além do necessário fim do desmatamento (e replantio/recuperação de áreas de floresta e demais biomas), é necessário defender o fim do uso dos combustíveis fósseis. A ciência preconiza que, na verdade, 90% dos estoques certificados de carvão, petróleo e gás natural precisam permanecer intactos, a fim de que não tornemos a desestabilização do clima um processo irreversível. Isso pressupõe uma revolução no modo como geramos eletricidade, nos transportamos e até como nos alimentamos. Uma revolução cujas escolhas e tecnologias já estão à mão.

O segundo ponto é o do financiamento. O “fundo verde para o clima” de 100 bilhões de dólares proposto para 2025 é píffio, especialmente se compararmos com o insuspeito dado do FMI, recentemente divulgado pelo periódico britânico The Guardian, de que 5,3 trilhões de dólares em subsídios são transferidos anualmente para a indústria de combustíveis fósseis por meio de mecanismos variados: benefícios fiscais; garantia de preço e outros mecanismos monopolistas; pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico; prospecção de jazidas e construção de infraestrutura física com recursos públicos; não-cobrança por impactos ambientais... Ou, se compararmos com os 40 trilhões estimados como investimentos necessários para promover a transição energética global em sua plenitude.

Sem operar sobre as causas, o Acordo de Paris é virtualmente inefetivo. Aposta nas intenções, na sorte, em algum improvável milagre tecnológico ou em alguma solução mirabolante a gosto do grande capital, do tipo geoengenharia que, em todos os estudos científicos sérios realizados até agora, tem se mostrado um remédio tão danoso quanto a doença. Daí, é preciso desvendar o que está realmente por trás da incapacidade das COPs em apresentar saídas efetivas para a crise climática.

O DOMÍNIO DO CAPITAL ESTÁ ELIMINANDO AS POSSIBILIDADES DE REESTABILIZAR O CLIMA

A expansão do capitalismo no século XXI e a pegada brutal do neoextrativismo têm levado a conflitos territoriais. O crescimento do capital requer mais espaço tanto para obter novas matérias-primas, minérios, combustíveis etc., quanto para dispor seus rejeitos. E isto inclui o “direito” pretendido pela indústria fóssil de tratar a atmosfera como esgoto a céu aberto, em lado oposto ao direito, este sim legítimo, de mantermos sua composição química como condição para a estabilidade climática e para a própria saúde humana. A atmosfera da Terra, como terrenos na zona costeira, como as florestas, como o local habitado por povos indígenas e comunidades tradicionais, virou território em disputa.

Segundo o “ranking” da Fortune¹, das 12 maiores companhias do mundo em faturamento, nada menos que 8 atuam no ramo petroquímico (com as duas estatais chinesas equiparando-se ou até superando as 4 irmãs: Shell, Exxon, BP e Chevron). Somam-se a elas a empresa chinesa de energia (ligada às termelétricas a carvão) e duas montadoras de automóveis. São dados que demonstram a dominância da indústria de combustíveis fósseis na base “produtiva” do sistema capitalista, que, como se sabe, é estreitamente vinculado ao setor financeiro e aos bancos. O faturamento anual de cada uma dessas companhias é comparável ao PIB de países como Áustria ou Argentina.

Numa situação em que as corporações detêm um poder econômico descomunal, influenciando diretamente as políticas dos estados nacionais, o mecanismo proposto de solução da crise climática, de Contribuições Pretendidas Nacionalmente Determinadas (Intended Nationally Determined Contribution, ou INDCs), mostra-se píffio. Segundo

esse mecanismo, os países voluntariamente apresentam metas de redução das emissões, mas o próprio documento da COP21 “reconhece com preocupação” que “os níveis de emissões agregadas de gases de efeito estufa em 2025 e 2030 resultantes das contribuições pretendidas nacionalmente determinadas” não estão dentro de cenários compatíveis com o objetivo de limitar o aquecimento “bem abaixo de 2°C”, chegando a mencionar o balanço de carbono apropriado.

Resumo da ópera: enquanto o comércio internacional é estritamente normatizado a partir de regras rígidas, e a Organização Mundial do Comércio e outras entidades preveem penalidades severas contra os Estados nacionais que a descumprirem, quanto ao clima, esses mesmos Estados têm “liberdade” (na verdade, atendem ao lobby do grande capi-

Clima não rima com lucro. Por isso, é ao mesmo tempo estranho e lamentável que boa parte da esquerda não tenha acordado para a urgência e relevância da questão. Que permaneça presa a ilusões de progresso, produtivismo e crescimento econômico indefinido(...)

tal) para apresentar metas que, em seu conjunto, não fecham a conta... e ninguém está sujeito à menor sanção que seja, mesmo que opte deliberadamente por manter uma rota irresponsável de elevadas emissões, como nos casos da Rússia, Japão, Austrália e Canadá, para citar apenas alguns que conseguiram a façanha de apresentar metas ainda mais tímidas não só do que a União Europeia, mas até que China e EUA.

A demanda de lucro das petroquímicas e demais empresas ligadas aos combustíveis fósseis, bem como dos bancos a que estão associadas, é a prima-irmã da irracional demanda de energia e matéria para produção em larga escala de produtos descartáveis, fúteis, cuja obsolescência é programada. A espiral de acumulação capitalista está intrinsecamente ligada a tragédias como o vazamento de óleo da BP no Golfo do México, a destruição do delta do Níger pela Shell, a catástrofe de Mariana e do Rio Doce, o iminente caos climático global. Em outras palavras, só é possível salvar o sistema climático terrestre e evitar o aprofundamento da crise socioambiental em escala planetária incidindo sobre a base da matriz energética de todo o sistema econômico vigente.

Clima não rima com lucro. Por isso, é ao mesmo tempo estranho e lamentável que boa parte da esquerda não tenha acordado para a urgência e relevância da questão. Que permaneça presa a ilusões de progresso, produtivismo e crescimento econômico indefinido e não perceba que é preciso revolucionar das relações humanas às próprias forças produtivas, inspirando-se na própria natureza como exemplo de processo produtivo fechado, de ciclos e fluxos. Se não somos algo à parte, mas elemento integrante desta natureza, precisamos entender que não poderá haver socialismo em terra arrasada.

Alexandre Araújo Costa é Professor Titular da Universidade Estadual do Ceará e militante do PSOL.

Tanto Mar



REPRODUÇÃO

A Revolução dos Cravos que libertou Portugal e gerou uma Constituição avançada é recordada afetivamente como um processo de idas e vindas como as marés do oceano

Joana Mortágua

“E tu, onde estavas no 25 de abril?” É a pergunta mais repetida dos últimos 40 anos, e a minha geração é a primeira que não tem uma resposta para ela. Não sei onde estava no 25 de abril. Melhor dito, sei que não estive no 25 de abril. Não vivi o Período Revolucionário em Curso nem votei para a Assembleia Constituinte. Não fui enchente em São Bento¹ para garantir que, mesmo com a Constituinte reunida no Palácio, a Constituição só podia ser do povo.

Toda a gente tem uma história sobre o 25 de abril que é sua para recordar com emoção. Eu não. Para mim, a Revolução é história por fazer. Não há saudosismo na relação entre as novas gerações da esquerda portuguesa e o 25 de abril, mas há muita esperança de que os seus valores e ideais sejam as nossas ferramentas para construir o futuro.

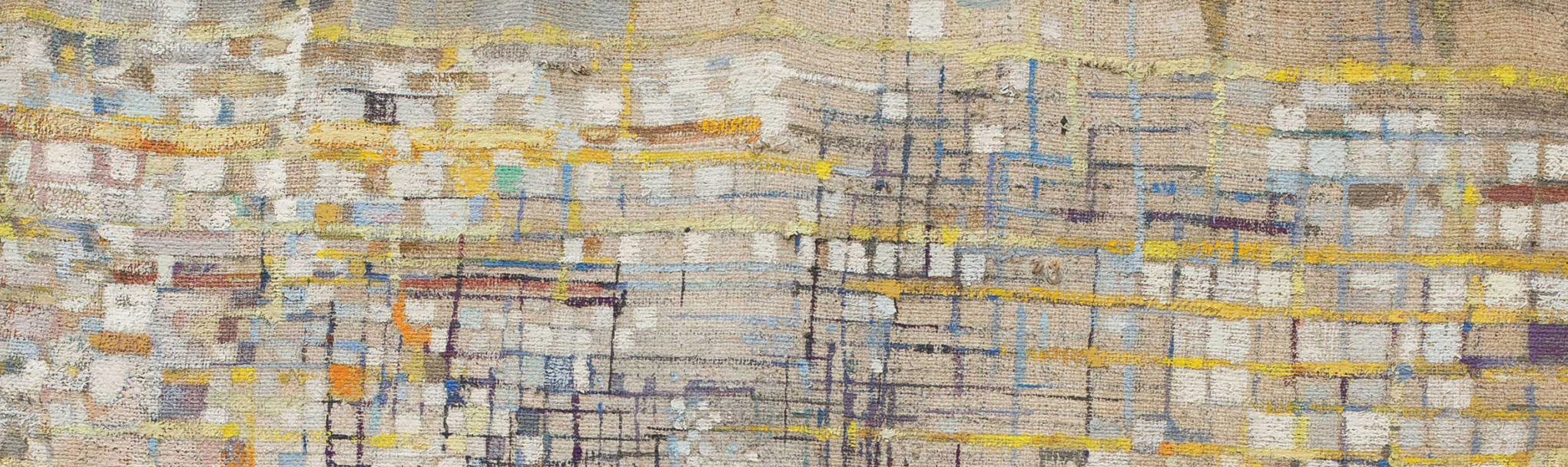
Todos os dias, convocamos para as lutas presentes as conquistas do passado, sabendo que foram elas que nos deram o direito à saúde e à educação, a liberdade e a democracia. Todos os dias a nossa luta é por preservar a melhor herança que uma geração pode receber.

42 anos depois do 25 de abril, voltamos a cantar a “Grândola” como hino de revolta, sinal de que nos afastamos demasiado desse sonho coletivo e de que está na altura de encontrar a tal semente que esqueceram nalgum canto de jardim.

No início de 1974, Portugal era um país maltratado pela miséria, pelo analfabetismo e pela violência de Estado. A educação e a saúde eram miragens para as classes populares e a prisão e a tortura foram demasiadas vezes o preço a pagar por se querer mais.

A Guerra Colonial há demasiado tempo oferecia os nossos jovens à morte por uma causa injusta e condenada. O combate retrógrado

1. Sede do Parlamento.



REPRODUÇÃO

à autodeterminação das colônias africanas era simultaneamente uma causa de isolamento internacional do regime e de crescente contestação interna.

A resistência ao fascismo deu-nos muitos heróis. Os nossos Subterráneos da Liberdade estão cheios de histórias de coragem e até um “General sem Medo”² que o Brasil acolheu e que mais tarde viria a ser assassinado em prova crua da cobardia do regime.

Muitos foram os episódios que marcaram a história da luta antifascista. Num dos mais fascinantes, que em 1961 ocupou as primeiras páginas de jornais de todo o mundo, um grupo de resistentes portugueses e espanhóis desviou o grandioso Paquete Santa Maria a partir da Venezuela com o plano de cruzar o Atlântico em direção ao território africano colonizado e aí iniciar uma revolta contra o regime.

O “Santa Maria” símbolo do regime acabou por dar lugar ao “Santa Liberdade”, como foi batizado em alto mar. O mundo nunca mais olharia para o regime português com os mesmos olhos. O navio acabou por ser detetado por aviões norte-americanos e teve de desviar a sua rota, esperando no Atlântico pela tomada de posse de Jânio Quadros. A 31 de janeiro, obteve autorização para acostar no Recife, onde os revolucionários foram recebidos com caloroso entusiasmo. Um desses homens era meu pai, Camilo Mortágua.

Essa é uma lição que aprendemos cedo: a História da ditadura tem no seu reverso a história da resistência e essa precede, acompanha e

sucede ao golpe militar do 25 de abril.

Sei que estás em Festa, pá permanece como uma das mais bonitas declarações de amizade entre povos que partilham a sede de alegria. Quando Chico Buarque a escreveu, nós tínhamos acabado de começar uma festa que arrancaria o país da tristeza coletiva de uma ditadura violenta e assassina.

O Golpe militar que na noite de 24 para 25 de abril acabou com a ditadura está bem documentado em filmes e livros. O “Depois do Adeus” foi a senha para os preparativos e o som da “Grândola” posto a tocar no Rádio Clube Português, recém ocupado, deu o sinal que os Capitães esperavam para avançar. Numa noite em que não soaram tiros, a ditadura caiu.

O povo saiu à rua. E parecia que de um trago queria beber a liberdade que durante tantos anos lhe havia sido roubada. Libertaram-se

os presos, regressaram os exilados. Aprenderam-se num instante todas as palavras proibidas, leram-se os livros censurados, ouviram-se as músicas até então caladas.

Democratizar, descolonizar e desenvolver foram os três D’s que marcaram o golpe. Mas não explicam o que lhe seguiu: o PREC.

Período Revolucionário Em Curso. É isso que a direita portuguesa ainda re-

cusa, ainda condena, ainda tenta vingar: o povo na rua quis a liberdade a sério, quis o socialismo. A consciência coletiva sobre o regime que acabava de cair era clara, o povo havia derrotado uma ditadura terrorista do capital.

Brecht tem um texto em que diz que nos países democráticos não é revelado o caráter de violência que a economia tem, enquanto que nos

O “Depois do Adeus” foi a senha para os preparativos e o som da “Grândola” posto a tocar no Rádio Clube Português, recém ocupado, deu o sinal que os Capitães esperavam para avançar.

2 Humberto Delgado - general que foi candidato da oposição democrática à presidência da República em 1958 e foi derrotado pela fraude nas eleições.

países autoritários não é revelado o caráter económico da violência. Com o 25 de abril essa revelação foi instantânea: a conclusão coletiva da liberdade foi a luta de classes.

O socialismo foi mote da unidade popular. Em primeiro lugar, porque era essa a base ideológica da larga maioria dos movimentos políticos e dos protagonistas da resistência. Mas também porque cedo se compreendeu que para Descolonizar, Democratizar e Desenvolver era necessário enfrentar a base de apoio do fascismo e do colonialismo: os monopolistas e latifundiários, o seu poder e a sua propriedade.

Para além da democracia, as aspirações do povo esbarravam no passado reacionário. Depressa se percebeu que, para democratizar, era preciso sanear os fascistas das administrações, direções e cargos de poder. Para desenvolver, era necessário nacionalizar as principais empresas, a banca e os setores estratégicos. E, para descolonizar, era imprescindível recusar os imperialismos.

Isso foi o Verão Quente. Com o povo na rua, sucediam-se as ocupações de fábricas, de latifúndios. A socialização da propriedade, questão central da aspiração socialista, caminhava lado a lado com a democratização de tudo o resto. Nos comités de bairro, de zona, de empresa, a democracia era vivida com intensidade. E tudo era uma arma: a cantiga, a literatura, a poesia, o teatro, a pintura, como a enxada e o trator, uma arma ao serviço da revolução.

Está certo, o PREC foi também o período dos grandes embates políticos, dos conflitos às vezes violentos entre os grupos da esquerda revolucionária, dos assassinatos e assaltos da extrema-direita; dos comícios reciprocamente boicotados de onde às vezes se fugia pelos telhados; das bastonadas e dos tiros da polícia.

Mas é a esse período que devemos as grandes conquistas do 25 de abril. A rua andou sempre à frente da Lei. O Movimento das Forças Armadas sancionava e legislava as conquistas do povo e as decisões dos órgãos populares de base. A pressão popular era enorme, o poder estava na rua. E só isso explica que passássemos de uma Constituição de 1933 inspirada em Mussolini a uma Constituição de 1976 inspirada em Marx: unidade popular, quem se atreveria a desafiar um povo que cresce em si e para si.

“Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação

numa sociedade sem classes” dizia o preâmbulo da Constituição aprovada no dia 2 de abril de 1976.

Em 1976, talvez a geração dos meus pais se perguntasse se passados 40 anos aquele texto resistiria ou sucumbiria ao embate com o tempo, com a Europa, com outras ofensivas ideológicas. Seria aquele texto, parido por uma democracia que quis ser socialismo, capaz de mobilizar as gerações seguintes?

O desafio de qualquer Constituição é conseguir corresponder a um movimento de fundo da sociedade, a uma deslocação de placas tectónicas que arrasa e constrói de novo, a um consenso social ou inspiração ideológica capaz de resistir às maiorias políticas de cada momento, ainda que com adaptações.

Claro que o consenso que deu origem à Constituição nunca foi unânime nas forças políticas, mas foi socialmente maioritário. E assim con-

tinua, socialmente maioritário, mas em permanente tensão com as ofensivas políticas que confrontam os seus princípios no dia a dia. E ainda bem, porque a letra morta não confronta nem defende ninguém. A Constituição de 1976 não nasceu para ser neutra, e só muito torturada poderia ser inútil ao povo.

A Constituição garantiu às gerações pós 25 de abril o aconchego dos direitos reconhecidos, a educação, a saúde, a liberdade;

quis fazer-nos iguais em oportunidades e dignidade social. O país que somos deve-lhe muito, mas o mais extraordinário sobre esse texto de 1976 é que ele ainda nos convoca, ainda nos provoca, ainda nos confronta com os nossos próprios fracassos enquanto sociedade. E sobretudo, apesar de alterada e revista, ainda nos serve.

Já murcharam a tua festa, pá permanece também como o resumo mais poético do que foi o 25 de Novembro de 1975 que marcou o fim do PREC.

Neste contexto não me parece necessário desviar a vossa atenção para os detalhes do Golpe de novembro e as suposições ou especulações que sempre existiram sobre o real posicionamento de cada força política num dos momentos mais definidores do pós 25 de abril. Esse debate existe e deve ser assinalado mas, no fundamental, a questão é esta: o 25 de novembro foi feito para retirar o poder da rua.

A “desradicalização” do processo democrático português cruzava vários interesses, algumas coincidências históricas e muitos condi-

“Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes” dizia o preâmbulo da Constituição aprovada no dia 2 de abril de 1976.

Mesmo já fora do programa de ajustamento imposto pelo FMI, pelo Banco Central Europeu e pela Comissão Europeia, somos governados por interesses que nos são estrangeiros. Um país que não recusou o imperialismo hoje vê-se na condição de país colonizado.

cionalismos externos. Por um lado, contou a ingenuidade, a falta de profundidade e de maturidade política e ideológica das forças mais radicais para defender o terreno conquistado.

Mas foi determinante o isolamento internacional a que Portugal estava votado por parte dos dois lados da guerra fria, num susto permanente entre a ocupação estrangeira (que chegou a ser colocada como hipótese pelos norte-americanos), um contra-golpe fascista ou a guerra civil. Os setores mais moderados vacilaram perante o imperialismo, alguns deles

iludidos com a social democracia europeia que às portas da década de 80 já estava bastante rendida.

A verdade é que o capital estrangeiro e as bases da OTAN e norte-americanas nunca foram tocadas durante o PREC. A força do imperialismo e a dependência externa da burguesia portuguesa não permitiram dar esse passo e essa incapacidade foi, uma vez mais, um traço histórico que marcou os destinos do país.

A integração europeia acabou por ser garantia da normalização do regime democráti-

co burguês. Numa primeira fase afastaram-se os setores radicais, depois reverteram-se as nacionalizações. Com as revisões constitucionais, algumas das marcas socialistas mais fortes acabaram por desaparecer, embora se mantenha o reconhecimento constitucional de um conjunto muito alargado de direitos sociais e individuais que entretanto foram sendo atualizados, como o direito à identidade de género e à não discriminação por orientação sexual.

A burguesia nunca teve um projeto de desenvolvimento nacional e entregou-se ao capital

cronologia

ABRIL 74

25 Golpe militar do MFA com enorme adesão popular, derruba o governo de Marcelo Caetano e põe fim a 48 anos de regime fascista. O poder é entregue a uma Junta de Salvação Nacional, constituída por Spínola (designado Presidente da República), Costa Gomes, Pinheiro de Azevedo, Rosa Coutinho, Galvão de Melo e Silvério Marques.

26 É divulgado o Programa do MFA, pela voz de Melo Antunes.

MAIO 74

01 Grandiosas manifestações de festa e unidade no 1º de Maio: em Lisboa, da Alameda ao Estádio 1º de Maio, no Porto e um pouco por todo o país.

15 Posse do 1º Governo Provisório, presidido por Adelino da Palma

Carlos e integrado por ministros do PPD, PS, MDP e PCP.

14 Surto de greves, que prossegue no Metro (24) e na Carris (27).

19 Milhares de trabalhadores acorrem a Baleizão no aniversário do assassinio de Catarina Eufémia, cujos restos mortais são transferidos do cemitério de Quintos.

29 Spínola visita o Porto.

JUNHO 74

13 Spínola exige plenos poderes, em reunião na Manutenção Militar, apoiado por Sá Carneiro.

17 Greve dos CTT, atacada por todos os partidos do governo.

20 Prisão dos milicianos Anjos e Marvão, por recusarem reprimir a greve dos CTT.

25 Palma Carlos reclama mais poderes para "impor a ordem e pôr cobro à anarquia".

JULHO 74

08 Greve dos Pescadores.

09 Palma Carlos demite-se.

18 Posse do 2º Governo Provisório, com o primeiro ministro Vasco Gonçalves e integrado pelo PPD, PS, PCP.

11 Spínola chora na TV, ao ser obrigado a reconhecer o direito à autodeterminação e à independência dos povos das colónias.

29 Manifestação exige o fim da guerra colonial.

AGOSTO 74

12 Revolta dos pides na Penitenciária.

15 Manifestação de apoio ao MPLA - repressão policial faz primeiro morto pós-25 de Abril.

27 Greve da TAP.

européu. Para mandar em Portugal, ofereceu a nossa independência.

NAVEGAR É PRECISO.

Do 25 de abril ficou-nos a Constituição e uma democracia formalmente avançada, mesmo num quadro capitalista. As grandes conquistas da democracia, a legislação laboral, os sindicatos livres, o caminho da igualdade de género são do PREC. E uma memória coletiva que ainda nos faz cantar a “Grândola” e sair para a rua de cravo na mão em momentos de confronto político e social.

Mas já devíamos estar em maio e a minha geração ainda não viu abril. Hoje procuramos de novo essa unidade popular para travar a mudança de regime imposta pela austeridade conservadora. A integração europeia, feita pelas burguesias e nunca verdadeiramente pelos povos, voltou-se

contra nós, abriu guerra aos nossos direitos, às nossas conquistas.

A vingança que o capital procura no pós crise 2008 é contra a Constituição de 1976, é contra os direitos laborais, o direito à educação e à saúde; é contra o Estado Social e o salário que se põem no caminho da maior expropriação coletiva de riqueza a que já assistimos em democracia.

Somos uma espécie de colónia. Mesmo já fora do programa de ajustamento imposto pelo FMI, pelo Banco Central Europeu e pela Comissão Europeia, somos governados por interesses que nos são estrangeiros. Um país que não recusou o imperialismo hoje vê-se na condição de país colonizado.

Pela primeira vez desde o 25 de abril, existe em Portugal um Governo do Partido Socialista apoiado no Parlamento pelos partidos à sua esquerda. Não é um Governo revolucionário, não é o Governo de esquerda que este país precisa,

mas é uma tentativa de travar a destruição social, económica e política do país, de levantar uma maioria pela alternativa.

Em cada geração é preciso renovar o sonho, semear a inquietação. As batalhas políticas assumem muitas formas e em todas elas procuramos reconstruir a unidade popular. De ambos os lados do Atlântico, sabemos que democracia e capitalismo não rimam. A nossa canção comum acompanha-nos para o futuro, inspira a resistência aos golpes contra a democracia, aspira a novas primaveras de esperança, a novos verões quentes de socialismo e liberdade: “sei que há léguas a nos separar/ tanto mar, tanto mar/ sei também quanto é preciso, pá/ navegar, navegar”.

Joana Mortágua é deputada portuguesa e membro da Comissão Política do Bloco de Esquerda (Portugal).

SETEMBRO 74

06 Silva Cunha e Moreira Batista (ex-ministros do Ultramar e da propaganda de Marcelo Caetano) são libertados.

12 Marcha não autorizada de milhares de operários da Lisnave sobre Lisboa, envergando fatomacaco e capacetes. O então secretário de Estado do Trabalho, Carlos Carvalhas, acusa os manifestantes de ‘violação da legalidade democrática’ e adverte-os para as consequências deste acto.

13 Partido “Liberal” lança “maiorias silenciosas”.

28 Barragens populares ditam o fracasso da intentona spinolista.

OUTUBRO 74

01 Posse do 3º Governo Provisório, de novo chefiado por Vasco Gonçalves.

05 Feriado de “trabalho voluntário para a Nação”, recusado em muitas empresas.

05 7º Congresso (Extraordinário) do PCP retira a ditadura do proletariado do seu Programa.

NOVEMBRO 74

07 Manifestação contra comícios do CDS, condenada pelo governo e pelo PPD, PS e PCP.

16 O novo embaixador dos EUA e homem forte da CIA, Frank Carlucci, apresenta credenciais em Belém – entre elas a experiência dos golpes do Brasil e do Chile.

26 Ocupações de casas em Chelas.

29 Champalimaud apresenta plano económico.

DEZEMBRO 74

13 COPCON prende capitalistas.

15 Termina o 1º Congresso do PS.

JANEIRO 75

15 Acordos de Alvor para a Independência de Angola com o MPLA, UNITA e FNLA.

19 Manifestação de apoio à Unicidade Sindical.

21 Confirmação da Unicidade Sindical e marcação das eleições para 25 de Abril.

25 Boicote ao Congresso do CDS, no Porto.

FEVEREIRO 75

07 Manifestação das Inter-Comissões de Trabalhadores, com muitos milhares na rua contra a presença da esquadra da NATO em Lisboa. Octávio Pato, na televisão, acusa a manifestação de reaccionária e apela aos lisboetas para ‘entregarem flores aos marinheiros da NATO’.

07 Aprovação do Plano Económico.

19 Início da greve da Rádio Renascença.

25 Boicote ao comício do PDC, em Lisboa.

cronologia

MARÇO 75

07 Boicote ao comício do PPD em Setúbal – o operário João Manuel é morto a tiro pela polícia.

11 Derrota do golpe racionário spinolista, após bombardeamento aéreo do RAL 1 e morte do soldado Luís. Barragens populares e ocupação dos bancos.

12 A Rádio Renascença volta a emitir, sob controlo dos trabalhadores.

15 O Conselho da Revolução declara as nacionalizações e a Reforma Agrária.

25 Posse do IV Governo Provisório, novamente chefiado por Vasco Gonçalves, com o reforço do PCP e o regresso do MDP ao Governo.

ABRIL 75

Ocupação de latifúndios e de casas devolutas.

11 Primeiro Pacto MFA-Partidos.

14 Decreto do IV Governo legaliza as ocupações de casas até esta data, mas ameaça com prisão quem ocupar novas casas. As ocupações continuam...

25 Eleições para a Assembleia Constituinte – o PS é o partido mais votado, seguindo-se o PPD, PCP, CDS e MDP. A UDP elege um deputado.

MAIO 75

01 Manifestações, com conflitos PS-PCP no Estádio 1º de Maio.

17 Manifestação dos bairros pobres de Lisboa e do Porto.

19 Os trabalhadores do jornal República expulsam a

administração; O PS faz 'greve ao governo'; No 21º aniversário do assassinato de Catarina Eufémia, em Baleizão, Álvaro Cunhal senta-se ao lado de um comando da 'nova GNR democrática'.

27 Ocupação da Rádio Renascença, 'ao serviço da classe operária e do povo trabalhador'.

30 PS termina a 'greve ao governo' e reassume o seu lugar no mesmo.

JUNHO 75

02 Abertura dos trabalhos da Assembleia Constituinte.

19 Plano de Acção Política do MFA; Manifestação no Patriarcado contra a administração da Rádio Renascença.

25 Três mil trabalhadores da TAP cercam a administração.

JULHO 75

10 PS retira-se do IV Governo Provisório.

16 Manifestação do "Poder Popular" com apoio do RALIS (ex-RAL 1).

17 Manifestação do PS e toda a direita na Fonte Luminosa, em Lisboa.

18 Manifestação de apoio à Aliança Povo-MFA, no Porto.

25 José Diogo, absolvido por um Tribunal Popular, em Tomar, é libertado.

29 Fuga de 89 pides da cadeia de Alcoentre.

AGOSTO 75

07 É divulgado o "Documento dos Nove", da ala social-democrata do MFA.

13 É publicado o "Documento do COPCON", de orientação revolucionária.

15 Manifestação de apoio ao "Documento dos Nove".

20 Manifestação de 100 mil pessoas de apoio ao "Documento do COPCON", em Lisboa.

25 É constituída a FUR- Frente de Unidade Revolucionária - pelo PCP, MDP/CDE, MES, PRP, FSP, LCI e LUAR. O PCP retira-se pouco tempo depois para integrar o VI Governo Provisório, com Pinheiro de Azevedo em primeiro-ministro.

29 Demissão de Vasco Gonçalves e queda do V Governo Provisório.

SETEMBRO 75

05 Assembleia do MFA em Tancos reforça posições do "Grupo dos Nove" e da direita.

10 Manifestação dos SUV ("Soldados Unidos Vencerão") no Porto.

19 Posse do VI Governo Provisório, chefiado por Pinheiro de Azevedo, com o PS e PPD em clara maioria e o PCP em posição muito enfraquecida.

20 Manifestações dos deficientes das Forças Armadas contra o governo.

25 Novas manifestações dos SUV e libertação de dois soldados do forte da Trafaria.

29 VI Governo manda ocupar militarmente as emissoras, entre elas a Rádio Renascença.

OUTUBRO 75

01 Grande comício no Campo Pequeno comemora o 5º aniversário da Intersindical.

02 Manifestação de mais de 20 mil operários e trabalhadores rurais consegue travar repressão sobre soldados da base Aérea de Beja, por participarem fardados nas manifestações das Inter-Comissões de Trabalhadores e Moradores.

07 Ocupação do CICAP/RASP, no Porto, por forças do reaccionário Pires Veloso, Comandante da Região Militar Norte.

09 Criação do AMI - corpo militar repressivo do VI Governo – à margem do COPCON.

21 Gigantesca manifestação popular reabre Rádio Renascença – poucos dias depois, o VI Governo mandará destruir à bomba o respectivo emissor.

NOVEMBRO 75

10 123 oficiais abandonam a Base Aérea de Tancos, dominada pelos soldados, que se revoltam contra a sua utilização na explosão do emissor da Rádio Renascença.

12 Greve da Construção Civil, manifestações e cerco do Palácio de S. Bento.

18 VI Governo Provisório declara-se 'em greve até ter condições para governar'....

21 Manifestação em Belém contra o VI Governo Provisório.

25 Golpe militar reaccionário, com o estado de sítio decretado na Grande Lisboa. Prisão de Otelo e de outros militares de esquerda.

DEZEMBRO 75

Consequências imediatas do 25 de Novembro.

11 Nova Lei (reaccionária) das Forças Armadas.

21 Manifestação em Custóias pela libertação dos militares de esquerda presos.

28 A Rádio Renascença é devolvida à hierarquia da Igreja Católica.

Cronologia elaborada por Alberto Matos, dirigente do Bloco de Esquerda, e publicada originalmente no Artigo "580 dias que mudaram Portugal" in *Perspectiva*. 5 (abril 1994) 17-24.

25 de abril

*"Esta é a madrugada que eu esperava
o dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo"*

Sophia de Mello Breyner Andresen em seu livro O Nome das Coisas, 1977.



REPRODUÇÃO

**DOSSIER
CURDISTÃO**

A Saga de um Povo pela Liberdade

Os curdos são a maior população sem Estado do mundo. Cerca de 40 milhões de pessoas vivendo na fronteira entre Turquia, Síria, Iraque e Irã, ou espalhadas pelo globo após a diáspora. Sob a liderança de Abdulah Öcalan, a batalha curda por autodeterminação talvez seja um dos mais avançados polos da luta anticapitalista.



KURDISHSTRUGGLE

A revolução por trás das manchetes: autonomia no norte da Síria

O projeto de democracia radical, a criação de zonas autônomas e suas críticas afiadas ao imperialismo e ao capitalismo, não deixaram aos curdos do Norte da Síria muitos amigos.

Joris Leverink

Durante os quatro meses em que Kobane esteve sitiada pelo ISIS, poucos veículos midiáticos deram atenção à verdadeira luta dos povos do Norte da Síria por democracia real, direitos das mulheres e sustentabilidade ecológica.

Em 26 de janeiro [de 2015], após 134 dias de resistência, as forças de defesa curdas anunciaram ter expulsado com sucesso as tropas do Estado Islâmico (EI, anteriormente conhecido como ISIS) de Kobane. Durante os quatro meses e meio em que a cidade no Norte da Síria esteve sob ataque do ISIS, ela tornou-se símbolo de resistência às aparentemente “invencíveis” forças de inspiração salafista¹, e um baluarte de liberdade em meio ao caos e à destruição da guerra civil síria.

Desde a libertação de Kobane, as tropas de defesa curdas do YPG e YPJ (Unidades de

Defesa Populares e das Mulheres), continuaram a avançar contra o ISIS, e nas últimas semanas conseguiram libertar quase dois terços dos aproximadamente 350 vilarejos que juntos compreendem o cantão de Kobane. A vitória em Kobane não é somente uma retumbante derrota militar para o ISIS, mas talvez o valor simbólico deste evento seja o mais importante. A imagem de invencibilidade do ISIS sofreu um golpe letal, ao passo em que os curdos se mostraram aliados indispensáveis na batalha contra os extremistas da região.

Enquanto a batalha de Kobane recebeu muita atenção da imprensa internacional – ao menos as “exóticas” guerrilheiras do YPJ – poucos canais cobriram a verdadeira batalha dos curdos. Desde o verão de 2012, quando o Partido Curdo da União Democrática (PYD) declarou a autonomia dos três cantões no Norte da Síria, conhecidos em seu conjunto como Rojava, a população local esteve inteiramente envolvida em uma luta revolucionária, almejando democracia horizontal, igualdade de gênero e sustentabilidade ambiental.

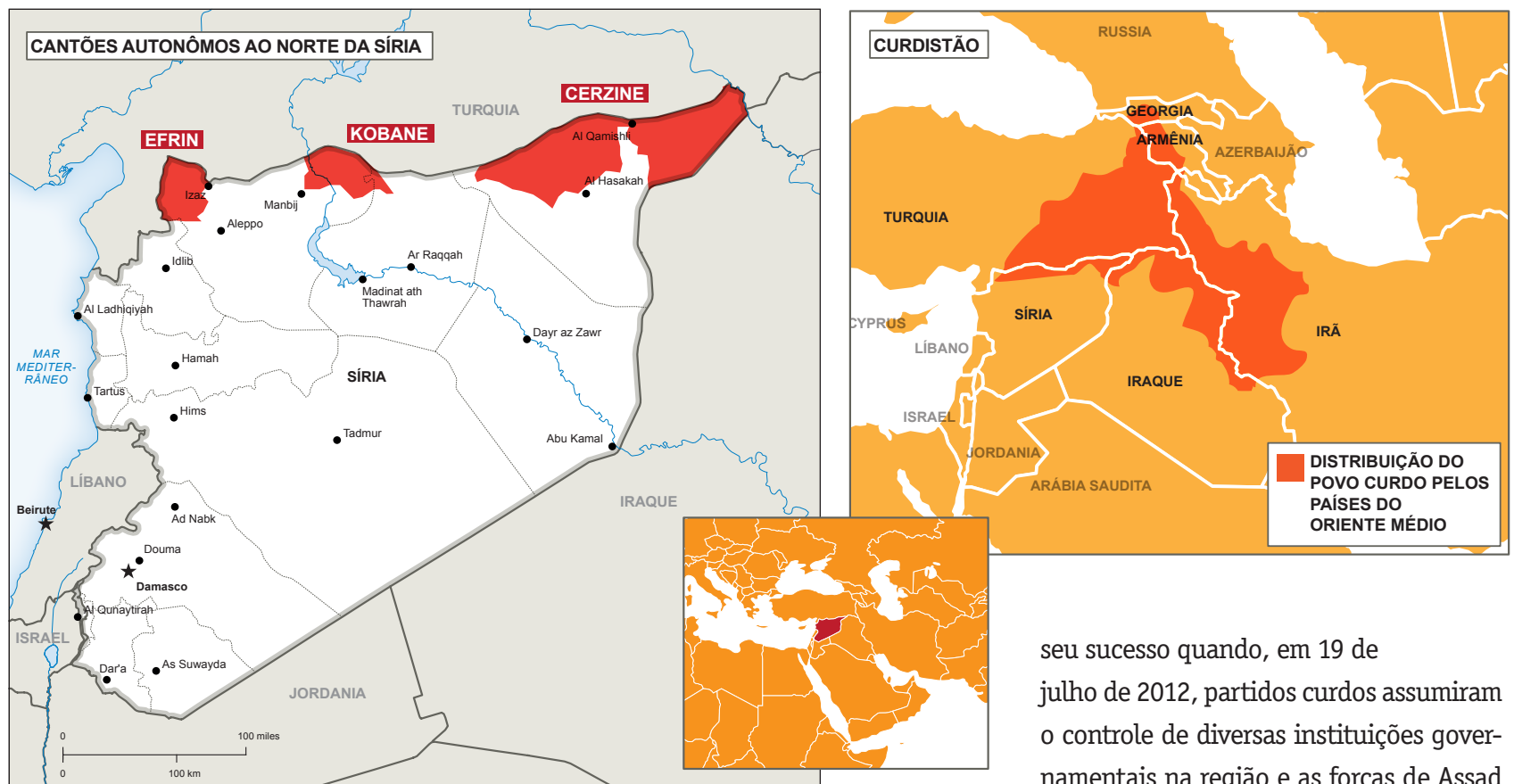
A revolução de Rojava – como se tornou conhecida desde então – é abertamente anti Estado e anticapitalista, e esta talvez seja uma das razões pelas quais tem recebido tão pouca atenção da grande mídia. A despeito de sua ausência das manchetes internacionais, pode-se alegar que a revolução de Rojava é, na verdade, um dos mais importantes projetos políticos em curso no mundo hoje.

DE CIDADÃOS DE SEGUNDA CATEGORIA A REVOLUCIONÁRIOS DE PRIMEIRA LINHA

Quando em março de 2011 o povo sírio, inspirado pelos levantes populares no Egito e na Tunísia, tomou as ruas em massa reivindicando a queda do regime de [Bashar al] Assad, poucos poderiam prever que esta revolução pacífica logo resultaria em caos, causando a morte de centenas de milhares de civis e deixando o país em ruínas. Os curdos sírios, residentes em sua maioria das três regiões do Norte, Efrîn, Kobane e Cezîre, tinham tantos motivos quanto os demais – e provavelmente mais – para exigir a queda do regime.

Por muitos anos, a população curda no país foi tratada como cidadãos de segunda categoria, tendo suas terras mantidas deliberadamente subdesenvolvidas pelo governo central, que tratava Rojava como uma colônia interna. Apesar de ricas em petróleo e terras cultiváveis, nenhuma re-

¹ NT: Optamos por traduzir “jihadistas” como “fundamentalistas” ou “de inspiração salafista”, por considerar esta acepção de apropriação indebita de um termo caro ao islã e que possui, entre outros significados, o de “conversão interior” (jihad).



finaria, e menos de um punhado de fábricas, poderiam ser encontradas na região. Além do mais, devido ao banimento institucional da língua curda, as escolas provi-nham educação somente em árabe, e para educação superior, os estudantes eram forçados a se deslocar a centros urbanos como Aleppo ou Damasco.

Em 2004, curdos de todo o país se rebelaram após um conflito entre torcidas de futebol curdas e árabes sair de controle, durante uma partida na cidade de Qamishli, capital regional do cantão de Cezîre. A violência desproporcional usada pelas forças de segurança para deter exclusivamente os torcedores curdos deflagrou uma semana de levantes que logo se alastraram das cidades e vilarejos do Norte para a capital e outras cidades predominantemente árabes. Após vários dias de protestos, ao menos trinta pessoas foram mortas. No entanto, o mais importante para o futuro de Rojava foi perceber que os curdos sírios não poderiam contar com seus vizinhos

árabes em sua oposição ao regime.

Os eventos de 2004 foram uma das razões pelas quais os curdos exitaram em acompanhar o levante contra Assad em 2011. Evidente, manifestações pacíficas aconteceram nas regiões curdas tanto quanto em muitas outras localidades, porém após o levante popular transformar-se em uma guerra civil cruel e violenta, as milícias e partidos políticos curdos exitaram em se alinhar ao Exército de Libertação Sírio (FSA, na sigla em inglês) e ao seu braço político, o Conselho Nacional Sírio (SNC). Falhando em obter, por parte das forças de oposição, a garantia de que os curdos não sofreriam marginalização e exclusão em um futuro pós-Assad, o governo controlado pelo SNC levou os partidos curdos a escolher uma assim chamada “Terceira Via”, na qual não se alinharam nem ao regime, nem aos rebeldes.

A REVOLUÇÃO POR COMPLETO

Esta abordagem pela Terceira Via provou

seu sucesso quando, em 19 de julho de 2012, partidos curdos assumiram o controle de diversas instituições governamentais na região e as forças de Assad começaram a minguar, deixando um vácuo de poder rapidamente ocupado pelo PYD. Um novo organismo, o Movimento pela Sociedade Democrática (conhecido por seu acrônimo curdo TEV-DEM) foi organizado para dirigir e facilitar a implementação das novas estruturas governamentais da democracia direta. O TEV-DEM estabeleceu a organização da sociedade em diferentes grupos de trabalho, comitês e assembleias populares, cada um focado em um campo específico, como questões da mulher, economia, meio ambiente, defesa, sociedade civil e educação, entre outros.

O TEV-DEM pode ser apontado como uma das principais razões pela qual a revolução em Rojava não sucumbiu aos destrutivos conflitos internos que assombraram tantos outros grupos oposicionistas que surgiram no contexto da Primavera Árabe. O TEV-DEM não operou como catalisador da revolução de Rojava, mas antes, canalizou o espírito revolucionário já existente, direcionando a energia da população para a construção

de uma nova sociedade, ao invés de para a destruição da antiga. Os quatro princípios do TEV-DEM servem para explicar seu apelo entre a população oprimida e marginalizada de Rojava. Eles são: a revolução deve acontecer de baixo para cima; deve ser uma revolução social, cultural, educacional, assim como uma revolução política; deve ser direcionada contra o Estado, o poder e a autoridade, e por fim, deve ser o povo quem tenha a palavra final nos processos decisórios.

Enquanto o resto da Síria se deparava com o caos, o povo em Rojava se reunia em assembleias de bairro e comitês locais, se organizando para o benefício da sociedade. Enquanto o ISIS entrava na guerra civil síria, na primeira metade de 2013, as mulheres em Rojava formavam a espinha dorsal da revolução, representando-se em todos os distintos níveis de organização, e tomando parte ativa na moldagem de um movimento contra o patriarcado e anticapitalista. E enquanto os olhares do mundo estavam voltados à carnificina e destruição da guerra civil síria, e suas reverberações no Iraque, os três cantões de Rojava silenciosamente declaravam sua autonomia do governo central.

AUTONOMIA, NÃO INDEPENDÊNCIA

Um detalhe importante, comumente ignorado é que as pessoas em Rojava não se apartaram da Síria; elas declararam sua autonomia e não sua independência. O artigo 12 da “Carta de Contrato Social” – a constituição de Rojava, anunciada e imple-

mentada em janeiro de 2014 – estabelece com clareza que “As Regiões Autônomas formam parte integral da Síria. Este é um modelo para um futuro sistema descentralizado de governança federal na Síria”. A busca por autonomia, ao invés de independência, é significativa. Mostra que seu projeto não é exclusivamente curdo e que, a despeito de não estarem ativamente envolvidos nos levantes que pedem a derrubada de Assad, o povo de Rojava se sente engajado no futuro de seu país.

A declaração de autonomia regional é, além disso, indicativa da ligação entre o movimento em Rojava e o Movimento de Libertação Curda no Curdistão do Norte (Sudoeste da Turquia). A proximidade entre o

o povo em Rojava se reunia em assembleias de bairro e comitês locais, se organizando para o benefício da sociedade. Enquanto o ISIS entrava na guerra civil síria, na primeira metade de 2013, as mulheres em Rojava formavam a espinha dorsal da revolução

PYD e o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) nunca foi segredo. O PYD foi fundado em 2003 como a organização irmã do clandestino PKK na Síria, e milhares de curdos sírios lutaram nas fileiras do PKK na Turquia. Ambas as organizações enxergam Abdullah Öcalan como seu líder espiritual, e seu conceito de Confederalismo Democrático é a ideologia guia tanto para a revolução de Rojava quanto para os numerosos projetos locais nas regiões dominadas pelos curdos no Sudoeste da Turquia.

A reorientação ideológica de Öcalan, des-

de uma perspectiva marxista-leninista na qual um Estado socialista e independente era o objetivo último para os curdos, para a crença política que enxerga nas comunidades autônomas, a despeito de suas origens étnicas e/ou religiosas, como a forma ideal de organização social e política, foi fortemente influenciada pela obra do pensador anarquista estado-unidense Murray Bookchin. Em seus estudos, Bookchin buscou as origens da hierarquia social e concluiu que a dominação humana sobre a natureza tem raízes na dominação do homem sobre o homem. De modo a criar uma sociedade que não somente venha a abolir as relações hierárquicas entre humanos, mas também esteja em harmonia com o meio ambiente,

Bookchin propôs a ideia de “municipalismo libertário”.

As ideias de Bookchin sobre as assembleias populares, democracia direta e uma confederação de comunidades autônomas locais, estão correntemente sendo implementadas ao longo dos

três cantões que, juntos, formam Rojava. Conselhos populares, ou “Casas do Povo”, constituem o coração do sistema político. O primeiro nível de organização são as comunas locais, cada uma formada de 30-150 famílias; no nível seguinte estão os conselhos das vilas e bairros, consistindo de 7-30 comunas cada; este é sucedido por conselhos de área e, finalmente, está o MGRK, o Conselho Popular do Curdistão Oeste. As deliberações são conduzidas de um nível ao próximo por dois delegados, um homem e uma mulher, eleitos com este propósito.

Ademais, todos os conselhos devem respeitadas a cota de gênero de 40%.

OS CURDOS NA SÍRIA NECESSITAM DE SOLIDARIEDADE, NÃO CARIDADE

Infelizmente, mas não sem surpresa, a revolução de Rojava foi completamente ignorada pela imprensa internacional e círculos políticos correlatos. O projeto de democracia radical, a criação de zonas autônomas e suas críticas afiadas ao imperialismo e ao capitalismo, não deixaram o povo de Rojava muitos amigos. Mesmo Masoud Barzani, líder do seu vizinho, Curdistão iraquiano, olha para Rojava com suspeita, compreendendo que uma revolução similar no Norte do Iraque significaria automaticamente ao fim de seu governo. Mais preocupantes, no entanto, são as disposições turcas contra os experimentos sociais dos curdos sírios.

“Para nós, o PYD é o mesmo que o PKK. É uma organização terrorista”, declarou o presidente turco Erdogan publicamente, em resposta aos planos para armar o PYD no auge da batalha de Kobane. Durante o conflito, a Turquia manteve suas fronteiras

com a cidade síria hermeticamente fechadas, não permitindo que qualquer ajuda, médica ou militar, alcançasse os defensores de Kobane. A única exceção foi permitir que um pequeno batalhão de 150 soldados Peshmerga [em curdo, “aqueles que enfrentam a morte”] do Curdistão iraquiano cruzasse a fronteira para lutar ao lado das YPG/YPJ contra o ISIS.

A Turquia teme que o sucesso da revolução em Rojava possa inspirar sua população curda doméstica a perseguir um objetivo semelhante. Na realidade, tanto grupos da sociedade civil, como o Congresso Democrático dos Povos (DTK), quanto partidos políticos como o Partido Democrático dos Povos (HDP) já vêm implementando e apoiando estruturas autônomas de governança local há anos. Autonomia para os curdos da Turquia significaria para Ankara a perda de controle diário e direto de mais de um quinto de seu território, algo inaceitável para o atual governo.

Por essas e outras razões, o governo turco tem assim recusado qualquer tipo de ajuda à população de Rojava em geral, e à cidade de Kobane, em particular. De forma que, para a

reconstrução de Kobane ser possível, e para que o povo em Rojava possa continuar a resistir à sempre iminente ameaça das tropas fundamentalistas em sua porta, é absolutamente crucial que a Turquia abra suas fronteiras com as regiões sírias sob controle curdo. Se o comportamento prévio da Turquia for de algum modo indicativo de suas ações futuras, então há pouca esperança de que isso aconteça em breve.

No entanto, ao demandar a pressão de outros governos para forçar a Turquia a abrir suas fronteiras, o povo de Kobane deve ser cauteloso a respeito da ajuda de quem aceitar para a reconstrução da cidade. Ajuda incondicional, sem qualquer retorno exigido, é fenômeno raro. De modo a preservar sua independência radical, e os caros valores da revolução pela qual têm lutado, é crucial que nem organizações supranacionais, como a ONU, o FMI [Fundo Monetário Internacional] e o Banco Mundial, nem corporações multinacionais, de olho nos recursos naturais da região, devem ter acesso permitido pelo povo de Rojava. A verdadeira batalha dos curdos sírios é deles e deles somente. Nos próximos meses e anos, eles necessitarão de toda a solidariedade com que possam contar, mas seu histórico impressionante prova que a última coisa de que precisam é apropriação disfarçada de caridade pelos poderosos do Ocidente.

Joris Leverink é jornalista freelancer, residente em Istambul. É mestre em Economia Política e editor da revista ROAR. Pode ser seguido no Twitter em @Le_Frique. (Tradução de Carolina Peters)



KURDISH STRUGGLE

“De Rojava, com amor.”

As guerrilheiras das YPJ e a revolução feminista no Oriente Médio

Carolina Peters

*“O despertar da mulher na Mesopotâmia significa o despertar do povo.”
Abdullah Öcalan*

Estamos em Kobane, cidade declarada autônoma pelas forças militares curdas em 2012. Símbolo da resistência desse povo, foi a primeira cidade majoritariamente curda na Síria a, ainda nos anos 70, acolher o então refugiado Abdullah Öcalan, dirigente do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK, Curdistão turco) e principal liderança do movimento de libertação curdo; e décadas mais tarde, a implementar seu modelo de Confederalismo Democrático.

Sofrendo ataques constantes do grupo terrorista Estado Islâmico (ISIS), bombardeios e boicotes promovidos pelo governo turco, a resistência de Kobane é fundamental para manter a unidade entre os três cantões curdos de Rojava (o “Oeste”), como é denominado o Curdistão sírio.

Sitiada pelo ISIS por quatro meses, a partir de setembro de 2014, sua libertação despertou a curiosidade da omissa imprensa internacional sobre as e os combatentes que lograram, pela primeira vez, impor uma derrota ao grupo de inspiração salafista,



em fevereiro de 2015 e, a partir daí, libertar também quase dois terços dos cerca de 350 vilarejos da região. Em particular as imagens das guerrilheiras das YPJ, as Unidades de Defesa das Mulheres, tomaram as redes sociais, contribuindo com o surgimento de uma nova narrativa sobre o Oriente Médio, na qual as mulheres são protagonistas.

A presença de mulheres curdas no front não é fenômeno recente. Figuras como Kara Fatma, que liderou um batalhão de 700 homens em meados do século XIX, fazem parte do imaginário popular. Mas é a partir do final

dos anos 1980 que a presença feminina torna-se massiva nos movimentos de libertação curdos.

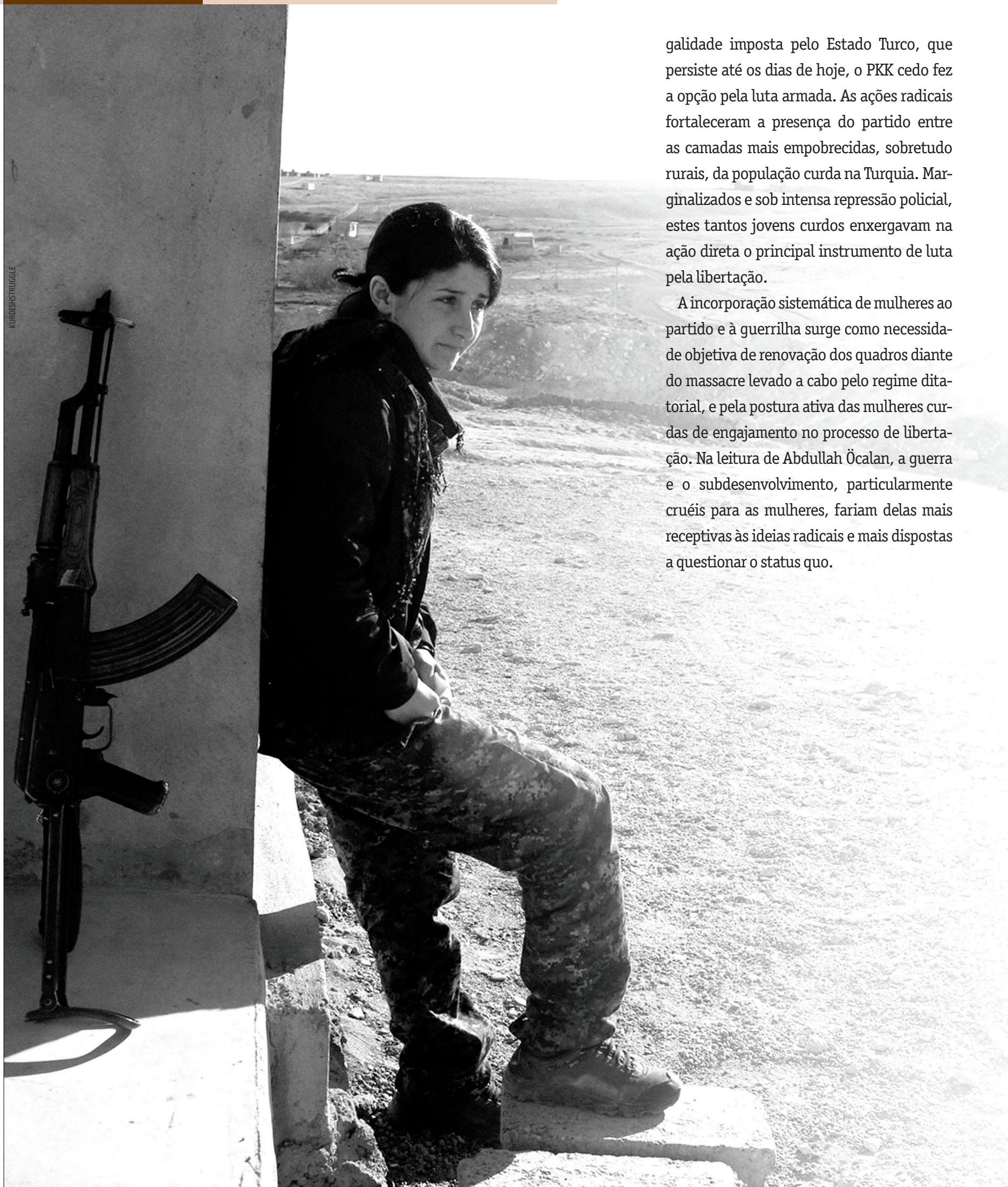
Os curdos são a maior população sem Estado do mundo. Cerca de 40 milhões de pessoas, divididas entre os territórios montanhosos da fronteira entre Turquia, Síria, Iraque e Irã, ou espalhadas pelo globo após a diáspora. Diferente de tantas minorias étnicas do Oriente Médio que também reivindicam reconhecimento e liberdade, não há tintas religiosas na questão curda. O que unifica esse povo são seus costumes, sua língua, sua história – as marcas culturais das quais é sistematicamente privado pelos governos autoritários da região – e sua luta pela existência.

Após a ascensão do regime ditatorial na Turquia em 1980, apoiado política e militarmente pelos EUA, a repressão aos curdos no país se intensifica. São proibidas as manifestações culturais, o uso da língua curda, seu alfabeto, e o próprio emprego do termo “curdo” e cognatos. Estima-se um saldo de 600 mil presos, 20 mil desaparecidos, e 5 milhões de camponeses curdos removidos de suas terras. Sob um parlamentarismo frágil, existem atualmente cerca de 12 mil presos políticos na Turquia, entre eles, Öcalan.

Fundado em 1978, sob a insígnia da ile-

galidade imposta pelo Estado Turco, que persiste até os dias de hoje, o PKK cedo fez a opção pela luta armada. As ações radicais fortaleceram a presença do partido entre as camadas mais empobrecidas, sobretudo rurais, da população curda na Turquia. Marginalizados e sob intensa repressão policial, estes tantos jovens curdos enxergavam na ação direta o principal instrumento de luta pela libertação.

A incorporação sistemática de mulheres ao partido e à guerrilha surge como necessidade objetiva de renovação dos quadros diante do massacre levado a cabo pelo regime ditatorial, e pela postura ativa das mulheres curdas de engajamento no processo de libertação. Na leitura de Abdullah Öcalan, a guerra e o subdesenvolvimento, particularmente cruéis para as mulheres, fariam delas mais receptivas às ideias radicais e mais dispostas a questionar o status quo.



Algumas delas são mães ou companheiras de mortos em conflito. Em comum, são mulheres alijadas do processo de modernização, “empoderamento” feminino e homogenização cultural, conduzido pelo governo turco, em razão de sua identidade e pela falta de destreza no idioma turco. Passam então a não somente reivindicar sua identidade curda, como, nesse processo de politização, desenvolvem uma consciência feminista em resposta ao sexismo corrente no movimento pela libertação.

Sua presença crescente nas fileiras induz o PKK a formular políticas e repensar sua organização e estratégia. Em 1987, é fundada a União das Mulheres Patrióticas do Curdistão (YJWK), órgão auto-organizado do partido. Oito anos mais tarde, surge seu primeiro braço militar exclusivamente feminino, as Tropas de Mulheres Livres do Curdistão (YJAK). Dois exemplos entre dezenas que se propagam não só na Turquia, como no Curdistão iraquiano e sírio, essas colaterais auto-organizadas, políticas e militares, crescem como forma de tornar visíveis ao movimento de libertação as demandas específicas das mulheres curdas.

Dentro das organizações mistas se implementam políticas de cotas de gênero, o co-presidencialismo (presente também na administração pública das vilas autônomas do Curdistão sírio), e a divisão do trabalho doméstico nos acampamentos. Em suas análises, Öcalan traz o feminismo, junto ao ecologismo, para o centro da estratégia revolucionária: “sem a libertação da mulher, não pode haver libertação da sociedade”.

Para ele, a questão curda não se restringe a um conflito étnico ou nacional. A luta curda por autonomia e dignidade é, acima de tudo, “um projeto de libertação e democracia”. Para o povo curdo, lutar por auto-

nomia é construir desde já uma sociedade profundamente libertária, com ampla liberdade religiosa e respeito às diversas etnias, conectada à natureza, e onde homens e mulheres participem da vida política em pé de igualdade. Esta clareza estratégica que leva a um combate global da opressão-exploração, perpetrada pelo capitalismo neocolonial e pelo fundamentalismo islâmico, estabelece uma profunda distinção ideológica entre a luta do povo curdo por reconhecimento e autonomia e outros movimentos independentistas da região.

É neste contexto que se gesta o Confederalismo Democrático, modelo político inspirado no “municipalismo libertário”, baseado na democracia direta e no poder local. Nas palavras de seu formulador, Abdullah Öcalan: “flexível, multicultural, antimonopolista e orientado para o consenso. A ecologia e o feminismo são pilares centrais. Nos marcos deste tipo de autoadministração, uma economia alternativa se torna necessária, o que incrementa os recursos da sociedade ao invés de explorá-los, e assim faz jus às múltiplas necessidades da sociedade”.

O ideal de um Estado Curdo, socialista e independente, é assim substituído pela busca de autonomia política e autogestão dos territórios, cujas instâncias de governança respeitam não somente o princípio de igualdade entre os gêneros, mas também a pluralidade étnica, cultural e religiosa. Em Rojava,

são estes mecanismos de ativa participação popular, conduzidos pelo Partido da União Democrática (PYD, partido irmão do PKK no Curdistão sírio) e seu Movimento pela Sociedade Democrática (TEV-DEM), que mantêm viva a revolução em curso.

Após os levantes de 2011 que pediam o fim do regime ditatorial de Bashar al Assad, sem a perspectiva de assegurar, ao lado das forças oposicionistas liberais, uma existência plena de direitos, os curdos se negam a aderir à guerra civil que toma conta da Síria. O enfraquecimento do governo central de al Assad permite às tropas curdas no Norte, em particular às Unidades de Defesa Populares (YPG) ligadas ao PYD, conquistar as administrações locais e declarar autônomas cidades habitadas por seu povo, implementando um modelo próprio de governança.

As Unidades de Defesa das Mulheres, YPJ na sigla curda, surgem no ano seguinte, 2012, como um destacamento formado unicamente por mulheres das YPG. Os exércitos exclusivamente femininos partem da compreensão de que, socializadas para o espaço doméstico, as mulheres chegam às forças militares com ampla desvantagem em relação aos homens, colocando assim a necessidade de investir em um processo formativo diferenciado. A criação das YPJ, contudo, não restringiu a presença feminina nas trincheiras das Unidades de Defesa Populares, representando aproximadamente 30% de seu

Em suas análises, Öcalan traz o feminismo, junto ao ecologismo, para o centro da estratégia revolucionária: “sem a libertação da mulher, não pode haver libertação da sociedade”.

contingente.

A passagem das tropas femininas portando seus fuzis russos impressiona jovens mulheres e adolescentes e as inspira a unir-se à luta. Em um mundo marcado pela guerra, sob a ameaça constante de saques, sequestros e estupros, a tomada das armas confunde-se com o acesso a direitos, e o combate é a própria perspectiva de futuro. É uma batalha pela liberdade em seu nível mais profundo, contra a ocupação dos territórios e dos corpos. Uma revolução dentro da revolução, o antes inimaginável se torna impositivo: pais incentivam suas filhas a se alistar nas unidades de defesa, e homens e mulheres constroem amizades lutando lado a lado.

Os meios de comunicação de massa, entre os quais as revistas de moda, se apropriam da imagem das YPJ como fantasia sexual ocidental. Buscam transformar a resistência feminista contra o conservadorismo islâmico, e a radical revolução social em curso no Norte da Síria, em uma caricatura. Em uma zona considerada hostil às mulheres pelo senso comum, a participação feminina em combate, confrontando-se com forças fundamentalistas essencialmente misóginas, representa uma ruptura com o destino de submissão que a imaginação orientalista lhes confere.

Não se trata de empoderar um batalhão de mulheres dando a elas poder de fogo, mas de subverter uma estrutura de poder patriarcal. Nos territórios declarados autônomos de Rojava, foram proibidos o matrimônio de menores de 18 anos, a poligamia e os casamentos arranjados. Os chamados “crimes de honra”, como o feminicídio, passaram a ser condenados, assim como toda discriminação e a violência sexista. Homens condenados por exercer violência contra a mulher são vetados da administração pública, e contam com intensa desaprovação por parte da sociedade.

Sobretudo no cantão de Cizîre, o maior e

mais estável dos três que compõem Rojava, desenvolvem-se muitas cooperativas, escolas, conselhos, academias e estruturas autônomas de mulheres, apesar da extensão do conflito. Uma sociedade nova emerge das ruínas da guerra, e a ação põe em prática o dito popular curdo “Berxwedan Jiyan”: a resistência é a vida.

Há anos, as tropas curdas de Rojava enfrentam a ditadura de Bashar al Assad e forças extremistas, como al-Nusra e ISIS. Em 2013, um ano antes dos atentados de Paris descontinuem ao mundo a existência do Estado Islâmico, o filho do co-presidente do Partido da União Democrática fora morto em combate. Apesar das inúmeras tentativas de levar a público as ações do grupo terrorista, e as iniciativas dos governos de Turquia, Arábia Saudita e Qatar em seu apoio, os curdos tiveram sua participação repetidamente vetada em organismos e conferências internacionais advogando “a paz”.

Muitos dos países que hoje formam a coalizão internacional contra o Estado Islâmico já apoiaram as tropas fundamentalistas em momentos pregressos. Os Estados Unidos, em particular, adotam uma postura sensivelmente ambígua, já tendo errado focos de bombardeio e entregado arsenal e “ajuda humanitária” em seus assentamentos. Mas especialmente o apoio em armamentos e demais equipamentos aos grupos de oposição a Assad, que sabidamente abrigavam Al Nusra e ISIS, possibilitaram a chegada de suplementos às suas mãos. Os ataques aéreos conduzidos pela coalizão contribuíram com a libertação de Kobane, mas a cidade não haveria resistido sem os curdos sírios que combatiam em solo em situação adversa.

Ainda que venha demonstrando ao mundo ser a única força até então capaz de deter o avanço do Estado Islâmico, o fortalecimento da resistência curda no Norte da Síria, lidera-

da pelo PYD, não interessa aos EUA e membros da União Europeia. Esses países classificam o Partido dos Trabalhadores do Curdistão como uma organização terrorista e mantêm relações próximas com a Turquia, cujo atual presidente, Erdogan, afirmou considerar o PYD, como partido irmão do PKK, “terrorista” por extensão. Enquanto Erdogan mantém suas fronteiras impermeáveis aos curdos, temendo que o movimento em Rojava fortaleça seus compatriotas em território turco, é através da fronteira com a Turquia que o ISIS opera a venda do petróleo contrabandeado que sustenta seu exército.

Este pequeno foco de resistência popular, anticapitalista e antipatriarcal floresce em uma região do mundo de grande relevância geopolítica. A crise por que passa o capitalismo exige do sistema maior ferocidade sobre as periferias, de forma a retomar o processo de acumulação, como já apontava Rosa Luxemburgo. Nos últimos anos, a investida do Capital sobre o Oriente Médio provocou uma série de insurreições e levantes populares. Ao passo em que o próprio Capital reorganiza suas forças políticas regionais para dar vazão ao seu projeto, no seio do movimento de massas se forjam também alternativas mais ou menos progressistas.

Confrontando-se simultaneamente com o imperialismo e com o fundamentalismo islâmico, altamente militarizado e globalizado, o movimento de libertação curdo apresenta uma alternativa sistêmica de superação do capitalismo-patriarcal. Longe dos holofotes midiáticos, a revolução em curso em Rojava talvez seja um dos mais avançados polos da luta anticapitalista no mundo. Uma centelha socialista em um barril de petróleo.

Carolina Peters é membro da Direção Nacional do PSOL e do Setorial de Mulheres.

Um partido entre dois levantes

Entrevista com **Alp Altinörs**

vice-presidente do HDP-
Partido Democrático dos
Povos, da Turquia.

Frederico Henriques

Muitas vezes observamos diversos elementos de barbárie em nosso cotidiano. O terrorismo e o ascenso da extrema direita na Europa, crises ecológicas como a do Vale do Rio Doce e do Zika vírus no Brasil, mas sem dúvida alguma a síntese destes elementos de barbárie está no Estado Islâmico da Síria e do Iraque (Daesh). Um grupo que massacra os povos, oprime as mulheres e destrói todo e qualquer patrimônio que não seja o deles. Na luta por Kobane contra o Daesh, o ocidente conheceu o movimento curdo, uma das esperanças contra este sintoma da barbárie.

Além da atuação do Partido da União Democrática (PYD) no Curdistão Sírio, Rojava, novas alternativas surgiram em toda a região. Dentre os partidos, é importante destacar o Partido Democrático dos Povos (HDP), da Turquia. Em janeiro de 2016 o PSOL foi convidado a participar do congresso deste nosso partido irmão turco. Fundado em 2012, atingiu apenas 2% dos votos na sua primeira eleição, mas chegou a 13% em junho de 2015 e barra, por um momento, a pretensão de centralização do poder do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP).

Essa entrevista com Alp Altinörs, vice-presidente do HDP, foi realizada na sede nacional do Partido em Ancara, no dia seguinte ao congresso do Partido Democrático dos Povos. Para além da história e dos desafios que o partido tem atualmente, Altinörs destaca como os levantes de Kobane e Gezi mudaram a história do HDP e da Turquia.



Frederico Henriques: A primeira forma de organização do HDP era um Congresso. Como se viu a necessidade de se transformarem em partido?

Alp Altinörs: Sim, o Congresso Democrático dos Povos foi estabelecido em 2011, depois das eleições gerais. Nesta, foi formado um bloco chamado Trabalho, Democracia e Liberdade. Com este bloco, tivemos 35 parlamentares nessa eleição. Neste processo eleitoral, participamos como candidatos independentes porque se um partido participa de eleições há uma grande cláusula de barreira de 10%. A grande dificuldade de ultrapassar esta votação fez com que, mesmo unido, este movimento não tivesse condições de superar esta cláusula eleitoral. Mesmo sem estar como partido, conseguimos uma grande vitória. Ter 35 parlamentares foi um êxito histórico. Depois, tivemos como tarefa unir todos os povos deste país, os movimentos sociais, os socialistas e os comunistas, assim como o movimento curdo. É verdade que houve outras iniciativas para estabelecer partidos de unidade anteriormente, se chamava Partido Guarda-Chuva. A ideia era construir uma casa comum, mas não foi vitoriosa porque os movimentos e os setores democráticos de esquerda não queriam entrar em uma unidade

tão estreita como partido. Por isso [Abdullah Öcalan propôs outra via. Desde a prisão, ele disse que poderia se criar um Congresso não estreito, onde todos os movimentos sociais poderiam fazer parte sem se dissolver. Esse congresso seria um parlamento dos povos, esse foi o primeiro passo para organizar um partido dos povos. Ele dizia que, se nascesse um partido a partir deste congresso, o partido poderia ter 20% ou 30% dos votos na Turquia. Nesse ano, o partido dos curdos teve apenas 6,5% dos votos. E, no ano 2012, o Partido Democrático dos Povos foi estabelecido. Eu fui um dos fundadores. No ano de 2014, nas eleições municipais, participamos pela primeira vez no Ocidente como HDP e nas cidades curdas como BDP. Obtemos 7% dos votos.

Frederico: Como conseguir manter a unidade entre tantos grupos diferentes? Como lidar com os conflitos internos e externos?

Altinörs: Tivemos muitas dificuldades, não apenas por causa dos pequenos grupos, mas especialmente devido ao Estado. Logo depois de fundar o congresso houve várias operações policiais nas quais prenderam 8000 militantes do partido curdo. Pode imaginar? Pensa se 8000 do seu partido fossem presos por 5 anos.

Mesmo nestas condições fomos avançando, porque se a luta é dura, os conflitos internos são menores. E se a luta é relaxada, os conflitos internos são agravados. Outra coisa: os anos 2011 e 2012 foram anos de guerra, o conflito armado entre o movimento armado curdo e o Estado, Recep Tayyip Erdogan era primeiro ministro. Nessa época, o governo não pode vencer as batalhas e uma greve de fome começou nas prisões. Os prisioneiros do movimento curdo, Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), foram os protagonistas da greve de fome. Foram mais de 2000 prisioneiros. A primeira reivindicação foi que o governo abrisse diálogo com Öcalan. Em seguida, o processo de diálogo começou, em 2013. Este processo de paz trouxe muitos problemas. Os marxistas e esquerdistas acreditavam que Öcalan iria fechar um acordo com Erdogan por mais autonomia nas regiões curdas e seria um desastre para o país. Não foi o que aconteceu. Porém, em Junho de 2013, ocorreu o grande levante de Gezi.

Frederico: É sobre isso que gostaria que você desenvolvesse. Qual a influencia de Gezi e da juventude no Partido?

Altinörs: O levante foi um evento histórico. Eu também estive todo o momento presente. Gezi, nos seus primeiros dias, não movimentou o Curdistão; ele não foi distante. Não houve levantes nas cidades curdas, apenas cidades turcas. Mas, cinco dias depois, o povo curdo reivindicou o levante do ocidente. Gezi mudou a correlação de forças em todo o país, e HDP foi o produto dele. Pois depois da revolta o clima político continuou. Por exemplo, nas eleições de junho de 2015, muita gente que participou, votou no HDP. E as dúvidas se Öcalan iria fazer um pacto com Erdogan se resolveram, ele nunca iria fazer um pacto com o líder do AKP. Ele reivindicou o processo de paz e a construção de uma luta mais dura e profunda. Outro impacto foi em Rojava. No norte da Síria, houve a construção de zonas

autônomas. Rojava é uma experiência democrática dos curdos e tem um importante conteúdo popular, não é só nacionalista. É uma revolução das mulheres e tem um conteúdo social também, mas não é ainda uma revolução socialista, pois ainda está em guerra. Além disso, essa zona sempre foi atrasada economicamente pelo governo de Assad, não há uma economia forte ou poderosa. Depois de Gezi, muitos jovens turcos foram a Rojava lutar nas fileiras das YPG [Unidade de Defesa Populares dos curdos] e YPJ [Unidades de Defesa das Mulheres]. Dentre os que se dirigiram para lá, muitas eram mulheres. Há inclusive partidos socialistas e comunistas que formaram unidades armadas e se dirigiram para lá, e muitos deles se tornaram mártires e heróis. Para além de turcos, havia australianos, alemães... Hoje há dois batalhões internacionais em Rojava na luta contra o fascismo do Daesh.

Frederico: Qual o impacto da luta de Rojava no Curdistão do Norte (leste da Turquia)? Como a luta dos curdos transformou o HDP?

Altinörs: Esta luta é a batalha dos valores da humanidade contra o fascismo. Como na Guerra Civil Espanhola, como naquele momento, há diversas brigadas internacionais. Daesh é um produto dos países imperialistas, primeiramente dos Estados Unidos, junto com o fascismo Saudita e do Catar, além do governo do AKP. É por isso que o diálogo de paz tem fracassado. Enquanto o governo está conversando com o movimento curdo aqui, ele está apoiando Daesh na Síria e no Iraque. Os extremistas islâmicos estão atacando, com o apoio físico e logístico do exército turco, os curdos. É por isso que, em outubro de 2014, houve um grande levante no Curdistão do Norte (região oeste do Estado turco). Esta revolta de 6 e 7 de outubro foi outro evento histórico, pois aqui também participaram milhões de pessoas. Gezi foi o sediado no oeste e o levante de Kobane aconteceu no leste. Logo, a tarefa dos revolu-

cionários socialistas foi unir os dois eventos populares em uma só frente popular contra o governo do AKP. Por isso, nosso partido resolveu participar nas eleições de 7 de junho de 2015 como partido. Foi um grande risco, pois se não passássemos os 10% perderíamos tudo, mas se ganhássemos, levávamos tudo. Então a campanha de 7 de junho se transformou numa grande campanha popular, pois se conseguíssemos passar a cláusula de barreira, Erdogan não centralizaria mais o poder e não se tornaria presidente. Nosso co-presidente, Selahattin Demirtas, em discurso histórico, reivindicou o nosso papel histórico e disse que não deixaríamos ele se tornar presidente. Este discurso fez com que no ocidente, especialmente aqueles representados na revolta de Gezi, decidissem votar pelo HDP. O nosso partido se tornou central para barrar os avanços autoritários do AKP, que não conquistou, num primeiro momento, maioria absoluta no parlamento.

Frederico: Assim como no Brasil, as grandes cidades turcas vivem crises constantes. Como HDP incorporou o debate de direito à cidade? E como passou a debater de forma mais intensa sobre opressões?

Altinörs: A nossa bancada parlamentar tem dentro dela todas essas cores, nossa lista foi construída com todas essas urgências. Nós também convocamos todos esses movimentos com um objetivo político central, até porque sem este objetivo não seria possível construir um espaço tão grande no nosso espectro político. Por exemplo, nosso objetivo nas eleições de 2015 era entrar no parlamento com um grupo muito plural, tendo ecologistas, feministas e todos esses movimentos para derrotar o AKP. Vale destacar que metade da lista é de mulheres. Ou seja, o objetivo comum era derrotar Erdogan, para que ele não seja um ditador nesse país. Todo mundo apoiou. Porém, depois de junho, todas as condições se modificaram. Erdogan começou uma guerra contra os curdos e

acabaram as condições de paz. Não havia mais possibilidade para o debate, e nas eleições de novembro eles retomaram muito espaço com a volta da guerra.

Frederico: Como se desenvolveram as relações com o BDP? Descreva as relações com o movimento curdo.

Altinörs: Na verdade, desde as eleições de 2014, já tínhamos visto o nosso potencial quando o nosso candidato a presidente pontuou 9,8% dos votos. Sem dúvida, foi corajoso de nossa parte, quase 10%. E, depois desta eleições, BDP, o partido curdo, se integrou definitivamente ao HDP. Com o objetivo de manter as suas lutas, os curdos mantêm uma organização própria em sua região, o Partido Democrático das Regiões [BDP]. Nossas cidades no Curdistão pertencem a este partido. Eles trabalham apenas como partido dos curdos e estão construindo autonomia. Eles são componentes [similar às tendências, no PSOL] do nosso partido. Todos atuam como componentes do HDP, assim como os partidos socialistas que não se dissolveram, entre outros.

Frederico: Desenvolva a concepção de democracia e confederalismo democrático no HDP.

Altinörs: Queremos uma democracia local e mais força aos agentes e atores locais. Na Turquia, as cidades são dirigidas por pessoas nomeadas pelo governo central de Ancara. É um Estado ultranacionalista, aqui todos os poderes são colocados nas mãos do governo central. Porém, as prefeituras e os governos não são eleitos, são nomeados. Há presidentes de distritos que são eleitos, mas sem nenhum poder. Nos municípios que dirigimos, construímos pela primeira vez na Turquia co-presidentes, uma mulher e um homem, que dirigem o município juntamente, com igual autoridade. Isso é democracia também. Queremos um sistema de consultas populares, um

sistema de assembleias de bairros, até de cidades, províncias, chegando à assembleia nacional. Erdogan quer justamente o oposto: todo o poder para Ancara, o centro político do país. E lá, todo o poder na mão de um homem, como a ditadura de Somoza na Nicarágua.

Frederico: Quais foram os principais desafios das eleições de junho e novembro de 2015? Qual o impacto da guerra psicológica e física do governo?

Altinörs: Esse foi um período de terrorismo de Estado. O atentado de Ancara foi um ataque do Estado, não é verdade que tenha sido um ataque independente. É verdade que os sujeitos que fizeram o atentado pertencem ao Daesh, mas foram utilizados pelo serviço de inteligência turco. Logo, este foi um massacre do Estado, assim como os 33 de Suruc. Note que foi ali que foi retomada a guerra. Erdogan nunca condenou o Daesh por esses atentados, seja de Suruc ou de Ancara. Ele sempre diz terrorismo de forma genérica, com o objetivo de colar a imagem dos fundamentalistas islâmicos ao movimento curdo. O caso de Ancara é emblemático. Logo depois dos ataques, a polícia atacou os atingidos com bombas de gás lacrimogêneo, enquanto a ambulância para atender os feridos demorou mais de 45 minutos. Nesse período, este edifício foi queimado por um grupo de 200 fascistas que nos atacaram com a ajuda da polícia. Até hoje essas pessoas não foram punidas pelos seus atos, por mais que tenham sido condenadas a 30 anos de prisão. Não aplicaram a pena e não aplicarão. Imagina, 400 edifícios do nosso partido foram atacados no período entre essas duas eleições, inclusive trabalhadores da construção civil e da agricultura foram atacados. Houve uma grande onda fascista. Mesmo depois de todos esses ataques, conquistamos 11% dos votos e conseguimos, mais uma vez romper a cláusula de barreira.

Frederico: Como vocês acreditam que o Brasil e a comunidade internacional pode contribuir com os enfrentamentos aqui na Turquia?

Altinörs: O governo de Erdogan é fascista, ele tem como exemplo a Alemanha de Hitler. Ele diz abertamente que vai criar um Estado como aquele, então é necessária uma frente internacional contra esse governo. Como fizeram os socialistas e comunistas na Espanha contra o fascismo de Franco, na Alemanha, contra Hitler, na Itália, contra Mussolini. Agora, é necessária uma frente internacional contra Erdogan, pois ele tem a mesma mentalidade do Daesh e da Al-Qaeda. Pior, agora ele está no governo. Quem são seus aliados? O fascismo saudita e Israel. Agora, ele declara que a Turquia e o Estado sionista precisam mutuamente um do outro, e esqueceu do caso da Flotilha de Gaza. Note que os nove mortos da Flotilha eram membros do AKP. Agora, Erdogan toma parte também na guerra no Iêmen, onde milhares de civis foram mortos. Por isso, chamamos todos os povos da América Latina a combater o fascismo na Turquia. Agora, nas cidades do sul do Curdistão turco existe um massacre do nosso povo. Existe um toque de recolher em diversas cidades curdas, que dura mais de 5 meses. Lógico que muitos civis estão sendo mortos por balas, tanques e helicópteros. Não há lei, não há dignidade, não há direitos humanos. Há guerra urbana e luta contra um povo que quer autonomia. Por isso, chamamos os povos da América Latina à solidariedade internacional. Como dizia Che Guevara, agora há uma dor no Curdistão e os povos de Che têm que sentir esta dor e se juntar ao povo oprimido, os curdos, na sua luta social e democrática.

Frederico Henriques é Educador Popular e Colaborador da Secretaria de Relações Internacionais do PSOL



E se Sanders vencesse?

Com suas promessas de limitar o poder de Wall Street, promover a ascensão social dos mais pobres e aplicar uma política de imigração mais aberta, o pré-candidato democrata sacode o establishment da maior potência do mundo.

Juliano Medeiros
Vitor Lucena

O veterano senador Bernie Sanders, pré-candidato democrata à Casa Branca, tornou-se a grande novidade da política nos Estados Unidos desde o movimento Occupy. Não apenas por declarar-se socialista ou destilar um profundo ódio contra o sistema financeiro, mas por ter dado corpo, dentro de um sistema político extremamente viciado, a um progra-

ma que representa a indignação de milhões de estadunidenses – especialmente jovens e imigrantes – com a completa derrocada do “sonho americano” de prosperidade e ascensão social pelo trabalho.

Em sua campanha, Bernie Sanders denuncia os efeitos nocivos da liberdade de que gozam os monopólios e o mercado financeiro nos Estados Unidos. A rigor, nem parece um candidato do Partido Democrata, que com seu homônimo republicano co-patrocinou

desde sempre a farra dos bancos em Wall Street e foi o responsável pelo resgate de mais de U\$ 700 bilhões no auge da crise econômica que explodiu em 2009. Diante dos privilégios do sistema financeiro, Sanders é taxativo: se um banco é muito grande para falir, então é muito grande para existir. Para ele, essas instituições adquiriram muito poder econômico e político, colocando em perigo a economia e o processo político estadunidense. Sanders defende que o governo atue para “fracionar”

esses grandes monopólios. Esse é um exemplo das saídas que o senador democrata tem apresentado em sua campanha pela indicação de seu partido.

Mas antes de levá-las como propostas à eleição presidencial, Sanders terá de derrotar uma adversária de peso: Hillary Clinton, Secretária de Estado de Obama durante seu primeiro governo, ex-senadora, e uma política fortemente ligada às grandes corporações, que certamente não querem um candidato que se reivindica socialista ocupando a Casa Branca. Para isso, o senador democrata se apoia num amplo movimento que tem como principal protagonista uma parcela da juventude que frustrou-se com os limites dos governos de Barack Obama e já não confia nos velhos políticos – algo curioso, considerando que Sanders é um septuagenário.

O programa de Sanders é bastante radical. Enquanto governos de todas as colorações compartilham com os trabalhadores os prejuízos da crise econômica, Sanders propõe a ampliação dos direitos e mais mecanismos de regulação sobre o mercado. Por isso, sua vitória nas primárias do Partido Democrata e, quem sabe, nas eleições presidenciais, poderia significar uma enorme reviravolta naquela que é a maior economia e a principal potência militar do planeta.

Nada garante, é claro, que Sanders não esteja vendendo “gato por lebre”. Quando Obama derrotou a mesma Hillary Clinton em sua primeira eleição, também teceu duras críticas ao poder dos monopólios e do capital financeiro para, logo em seguida, injetar bilhões para salvá-los da bancarrota. Não parece ser o caso de Sanders, que se reivindica um socialista muito antes de se tornar o fenômeno em que se converteu.

AS PROPOSTAS DE SANDERS

Mas quais são as propostas de Sanders e por que elas são consideradas tão radicais? E o que aconteceria, no mundo e no Brasil, se algumas de suas propostas fossem colocadas



“A rigor, nem parece um candidato do Partido Democrata, que com seu homônimo republicano copatrocinou desde sempre a farra dos bancos em Wall Street e foi o responsável pelo resgate de mais de U\$ 700 bilhões no auge da crise econômica que explodiu em 2009”

em prática na maior potência imperialista do planeta?

Seu programa se estrutura em oito eixos temáticos, destinados a defender as seguintes posições: a) salário mínimo digno; b) geração de empregos que paguem decentemente; c) equidade dos direitos LGBT; d) reforma do sistema financeiro; e) mudança na política migratória; f) luta contra as mudanças climáticas e defesa do meio ambiente; g) fim do poder econômico na política; h) fortalecimento do sistema de proteção social aos trabalhadores e trabalhadoras. Vejamos quais suas as propostas em cada um desses eixos:

a) Salário Digno: segundo Bernie Sanders, os Estados Unidos contam com um dos níveis de renda e bem-estar social mais desiguais do planeta. Atualmente, 10% dos ricos do país possuem quase a mesma renda que os 90% restante da população. Para o senador democrata, milhares de estadunidenses trabalham para receber um salário insuficiente, ou como diz, “um salário de inanição” que deveria ser elevado a U\$ 15 por hora (hoje não passa de U\$ 10/hora). Além disso, o senador defende a total equiparação salarial entre homens e mulheres e o direito à livre organização sindical, como forma de garantir a defesa dos direitos trabalhistas;

b) Geração de empregos: segundo a campanha de Sanders, a verdadeira taxa de desemprego é muito maior que aquela anunciada pelas estatísticas oficiais. Ele destaca que entre os jovens afro-americanos, a taxa de desemprego chega aos 50%. Para gerar empregos, Sanders propõe uma saída tipicamente keynesiana: desenvolver um grande plano de modernização da infraestrutura para criar 13 milhões de novos postos de trabalho. Além disso, Sanders tem se posicionado frontalmente contra os tratados de livre-comércio como o NAFTA, TPP e até a normalização de relações comerciais com a China. Ele não diz, porém, se revogará esses tratados.

c) Equidade dos direitos LGBT: Sanders afirma que assinará a Lei da Igualdade, a lei por uma Família para Cada Criança e todos os projetos que proíbam a discriminação contra a comunidade LGBT. Em relação à segurança pública, Sanders afirma que trabalhará para que as forças policiais utilizem intervenções mais justas junto às pessoas transgênero, especialmente no caso de mulheres transgênero, vítimas recorrentes da violência policial. No plano econômico, Sanders se compromete a proibir a discriminação contra as pessoas LGBT por parte de credores e bancos para que estas pessoas não sejam proibidas de acessar hipotecas, linhas de crédito, ou empréstimos estudantis. O mais importante, porém, é a decisão de Sanders de vetar qualquer legislação que pretenda “proteger” a liberdade religiosa às custas de outros direitos, como os da comunidade LGBT, enfrentando frontalmente as religiões mais conservadoras dos EUA.

d) Reforma do sistema financeiro: aqui está a mais ousada das propostas de Bernie Sanders: aprovar uma legislação antimonopolista que proíba a existência de megacorporações financeiras como as de Wall Street, fragmentando os grandes bancos e proibindo o acesso dessas instituições às facilidades de descontos e uso de depósitos assegurados às suas arriscadas atividades econômicas. Além disso, Sanders defende a criação de um imposto sobre transações financeiras “que diminuiria a incidência arriscada contraproducente das negociações de alta velocidade e outras formas de especulação financeira”. Os recursos oriundos deste imposto seriam destinados a programas de

educação superior gratuita. Sanders ainda defende um projeto para por fim às práticas de Wall Street de pagar grandes incentivos a executivos bancários que assumam postos de alto nível no governo. Para os mais pobres, Sanders defende um limite máximo de 15% de juros sobre os cartões de crédito (que no Brasil, podem chegar a quase 400%). Por fim, a reforma do sistema financeiro do pré-candidato democrata inclui uma auditoria no Federal Reserve (FED) – o Banco Central dos

plataforma prevê medidas que favoreçam a integração dos imigrantes, desmantelando os programas desumanos de deportação e os centros privados de detenção. Além disso, Sanders promete proteger as comunidades de fronteira, utilizando meios para unir famílias destruídas por deportações arbitrárias, com o retorno de membros considerados ilegais. Sanders propõe ainda a reestruturação do sistema econômico para garantir vistos de permanência e a extensão da cobertura médica aos imigrantes de baixa renda (o chamado “Obamacare”).

f) Luta contra as mudanças climáticas e defesa do meio ambiente: visivelmente, um dos pontos mais frágeis da plataforma de Sanders. Para lutar contra o aquecimento global, o pré-candidato democrata defende a transformação da matriz energética dos Estados Unidos, diminuindo a dependência dos combustíveis fósseis. Seu programa utiliza jargões da chamada economia verde, como “eficiência energética” e “sustentabilidade”. Sanders defende uma maior utilização da energia eólica e solar, bem como a criação de um imposto para onerar as emissões de carbono e metano. Porém, não indica se e como essas mudanças compensarão o atual volume de utilização energética do país.

Reforma do sistema financeiro: aqui está a mais ousada das propostas de Bernie Sanders: aprovar uma legislação antimonopolista que proíba a existência de megacorporações financeiras como as de Wall Street, fragmentando os grandes bancos e proibindo o acesso dessas instituições às facilidades de descontos e uso de depósitos assegurados às suas arriscadas atividades econômicas.

EUA – para verificar os recursos utilizados no resgate dos bancos no auge da crise em 2009.

e) Mudança na política migratória: muitos dos avanços anunciados por Obama ou nunca saíram do papel ou foram questionados pela Suprema Corte em ações movidas pelo Partido Republicano. As propostas de Sanders, ainda mais radicais, buscam promover uma política migratória “justa e compassiva”. Sua

g) Fim do poder econômico na política: o pré-candidato democrata é taxativo sobre o tema: “a liberdade não significa que se possa comprar o governo dos Estados Unidos”. Ele denuncia como as companhias petrolíferas, os fabricantes de produtos farmacêuticos, os banqueiros de Wall Street e outros interesses econômicos poderosos têm “investido” no sistema político estadunidense durante anos. Como primeira medida, Sanders propõe

uma emenda constitucional que anule a decisão da Suprema Corte de 2010 que passou a considerar as grandes corporações como possuidoras dos mesmos direitos dos cidadãos comuns. Propõe ainda uma lei de transparência para demonstrar a quantidade de recursos privados presentes na política dos Estados Unidos. Além de sua própria campanha não receber nenhum centavo das grandes corporações.

h) Fortalecimento do sistema de proteção social aos trabalhadores e trabalhadoras: os dados apresentados por Bernie Sanders revelam a verdadeira face do “sonho americano”: entre 22 nações ricas, a única que não garante nenhum tipo de licença remunerada por doença e que não proporciona pensão para pessoas em tratamento contra o câncer. Além disso, é a única economia avançada e uma das únicas nações em todo o mundo que não garante férias remuneradas. Para reverter essa situação, Sanders propõe aprovar o “Family Act”, que garante para cada empregado doze semanas de ausência para questões familiares e médicas por ano. Este programa seria financiado através de um programa de seguros, parecido com a Seguridade Social brasileira. Os trabalhadores pagariam por ele com um custo equivalente a uma xícara de café por semana. Seria uma espécie de FGTS. Além disso, Sanders defende que os empregadores assegurem pelo menos 10 dias de férias remuneradas por ano, já que esse benefício não existe nos Estados Unidos. O pré-candidato democrata defende ainda a criação de uma legislação que garanta ao menos sete dias de licença saúde a todos os empregados estadunidenses.

IMPACTOS DA ELEIÇÃO DE SANDERS NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

Sanders não menciona a América Latina e muito menos do Brasil em seu resumo do programa. Apesar de se manifestar sobre os migrantes latinos que estão nos Estados Unidos, não se debruça sobre as consequências das mudanças que propõe e seus efeitos no reequilíbrio das relações internacionais, seja em relação aos inimigos que os Estados Uni-



DAILY COLLEGE

dos “elegeram” nas últimas décadas, seja em relação aos países que sofrem influência direta da política e da economia estadunidense.

O avanço do pré-candidato nas pesquisas de intenção de voto, porém, atizou apoios e críticas de várias ordens. Particularmente quanto à contundência de seu programa econômico para os parâmetros do que é a economia estadunidense, intelectuais e for-

madores de opinião trataram de produzir cenários quanto às possibilidades de sucesso ou fracasso de suas propostas.

Duas manifestações explicitam a polarização entre as impressões que Sanders tem causado. Uma primeira que ganhou as redes foi do economista e professor da University of Massachusetts at Amherst, Gerald “Jerry” Friedman. Em seu trabalho¹, Jerry defende que a combinação entre taxação dos mais ricos, investimentos públicos em infra-

estrutura e gastos sociais, e melhoria nas condições de trabalho gerariam um ciclo virtuoso de redução do desemprego, evolução do consumo dos mais pobres, crescimento acelerado, redução das desigualdades, da pobreza e do déficit público. Compara o programa de Sanders ao New Deal e deduz que ele enfrentaria dificuldades principalmente políticas, além de entraves como o fim do momento expansionista e aumento das taxas de juros do FED. Mas, uma vez bem sucedido, levaria o país a taxas de crescimento nunca antes vistas.

Por outro lado, veio rapidamente uma carta² de quatro ex-conselheiros do Conselho de Assuntos Econômicos, envolvendo assesso-

res dos últimos governos democratas (Bill Clinton e Barack Obama), afirmando que as projeções não se baseiam em “evidências econômicas”, sem dizer ao certo quais seriam. O

1 <http://www.dollarsandsense.org/What-would-Sanders-do-013016.pdf>

2 <https://lettertosanders.wordpress.com/2016/02/17/open-letter-to-senator-sanders-and-professor-gerald-friedman-from-past-cha-chairs/>

Caberia ao Brasil ter tanta ousadia quanto o pré-candidato Bernie Sanders na formulação de sua política econômica e de redução das desigualdades. Hoje, a mentalidade do ajuste fiscal, da “retomada da confiança” dos empresários, encontra questionamento até nos países mais ricos. Sanders é o maior exemplo disso.



debate pelas redes e revistas especializadas continua. Certo ou errado, demonstra que a surpreendente competitividade de Sanders na disputa fez com que suas propostas comecem a ser debatidas, e de alguma forma levadas a sério, pelo próprio establishment.

Partindo do pressuposto de que as perspectivas mais otimistas estejam corretas e que ao menos parcialmente vingam as pretensões de Sanders na retomada do crescimento e do emprego, uma questão se abre: até que ponto o fortalecimento do capitalismo via Estado nos Estados Unidos favorece, do ponto de vista econômico e geopolítico, os países periféricos sob hegemonia estadunidense, especialmente os países latino-americanos, e particularmente o Brasil? Quais os efeitos particulares na renda mais baixa, na distribuição de rendas e recursos públicos, no crescimento e no emprego nacionais? E qual seria o poder do dólar frente às moedas mais frágeis, e seus efeitos na inflação e nos juros delas?

Segundo o Itamaraty³, os Estados Unidos são o segundo maior parceiro comercial do Brasil, com fluxo de mais de U\$ 60 bilhões em 2014, e o maior investidor estrangeiro, com estoque de aproximadamente U\$ 115 bilhões.

Por isso, qualquer mudança no ritmo do crescimento da renda estadunidense influencia a economia brasileira. Se o produto estadunidense crescesse no ritmo necessário para gerar os empregos que Sanders promete, haveria alguma chance desse fluxo aumentar, pegando carona nos estímulos estatais à economia estadunidense. Ainda assim, se confirmada a tendência que o Brasil assumiu nos últimos anos de reprimarização da sua economia, poderia significar um aumento da dependência econômica e tecnológica em relação a eles.

Os efeitos das eleições de um candidato à esquerda nos Estados Unidos e um programa de estímulos à economia e redução da pobreza podem produzir efeitos, portanto, contraditórios em relação aos países periféricos, particularmente se mantida a tendência de subserviência econômica, financeira, tecnológica e política. No capitalismo, os efeitos das crises são rapidamente socializados com os países pobres. O desenvolvimento do centro, a estabilidade, o crescimento da renda, só atingem os países na órbita das potências de maneira colateral.

Não se descarta, e talvez seja algo a se esperar, que medidas progressistas praticadas pelos países centrais, de estímulo fiscal, controle e aumento da tributação de capitais, impliquem numa mudança de todo paradigma

regulatório da economia capitalista. Caberia ao Brasil ter tanta ousadia quanto o pré-candidato Bernie Sanders na formulação de sua política econômica e de redução das desigualdades. Hoje, a mentalidade do ajuste fiscal, da “retomada da confiança” dos empresários, encontra questionamento até nos países mais ricos. Sanders é o maior exemplo disso.

Para os brasileiros, interessa acompanhar o desenrolar das primárias, sobretudo se Bernie Sanders avançar para uma nomeação e disputa das eleições contra os Republicanos. Tanto por essas influências diretas na renda e na moeda nacional que podem advir daí, quanto porque um novo movimento de revisão das políticas de desenvolvimento, fiscais e de controle de capitais pode surgir. Ainda que não tenha força para avançar, a candidatura de Sanders demonstra que a liberalidade da economia encontra críticos e entusiastas da mudança em parcela significativa do povo da maior economia capitalista do mundo.

Juliano Medeiros é historiador, Presidente da Fundação Lauro Campos e membro da Executiva Nacional do PSOL.

Vitor Lucena é agente da fiscalização financeira do TCESP, mestrando em Direito Econômico pela Faculdade de Direito da USP e militante do PSOL.

3 http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5120&Itemid=478&cod_pais=USA&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR

A origem do mal

No início dos anos 60, o mosquito *aedes aegypt* tinha sido erradicado do Brasil. Nas consequências de um modelo de desenvolvimento dependente e predatório, encontram-se as explicações para seu ressurgimento.

Pedro Luiz Tauil

Das doenças atualmente transmitidas pelo *Aedes aegypti* no Brasil, dengue, febre chikungunya e zikavirose, a dengue é a principal doença reemergente do mundo. Reemergentes são as doenças que nos últimos anos vêm aumentando sua incidência e/ou vêm se apresentando sob formas clínicas mais graves.

Cerca de 2,5 bilhões de pessoas estão expostas ao risco de transmissão dessas doenças em países tropicais e subtropicais da Ásia, África e América. A sua transmissão é fundamentalmente urbana e diurna.

Dengue é uma doença infecciosa aguda, que se apresenta com febre alta, acima de 38° C; com muita dor de cabeça, principalmente atrás dos olhos; dores articulares e musculares; podendo ter também uma vermelhidão na pele. Nas suas formas mais graves, pode haver hemorragias múltiplas, pelo nariz, boca, intestino e pele; derrame pleural, peritonal e pericárdico; queda de pressão arterial, choque e mesmo levar à morte. Seu agente etiológico é um vírus do gênero *Flavivirus*. As primeiras referências de sua ocorrência datam de 1779/80, na Ásia, África e América do Norte. No Brasil, há relatos de 1846 no Rio de Janeiro; 1852 e 1916 em São Paulo; 1923, em Niterói e 1981/82, em Boa Vista, Roraima. Em 1986, ocorreu uma grande epidemia no Rio de Janeiro. Desde então, o país vem registrando anualmente casos da doença, atingindo já todas as unidades da federação.

A febre chikungunya é também uma doença infecciosa aguda, mas que pode se cronificar,

caracterizada por febre alta e dores intensas em múltiplas articulações, que numa proporção de casos pode durar de meses até anos, reduzindo a capacidade dos indivíduos afetados para realizarem suas tarefas habituais. São raros os casos de óbito. Seu agente etiológico é um vírus do gênero *Alphavirus*. Descoberta no início da década de 1950, o vírus foi isolado de um paciente febril no atual território da Tanzânia. Em 1954, sua presença foi confirmada na Ásia, em um surto nas Filipinas e, posteriormente, em outros países, como Tailândia, Índia e Paquistão, sempre com apenas casos esporádicos ou em pequenos surtos. Reemergiu em 2005, passando a causar grandes surtos de doença humana na Ásia, África e ilhas do Oceano Índico. Essa reemergência deveu-se, provavelmente, a uma adaptação genética do vírus aos vetores da região. Em 2007, houve um surto na Itália, transmitido pelo mosquito *Aedes albopictus*. Chegou nas Américas em 2013, em ilhas do Caribe, e no Brasil, em 2014.

A zikavirose, por seu lado, é também uma doença infecciosa aguda, podendo apresentar febre baixa, dores musculares e articulares e uma vermelhidão pelo corpo, com muita coceira. Pode apresentar complicações na sua evolução, que é, na grande maioria dos casos, benigna. As principais complicações detectadas têm sido para o lado do sistema nervoso, apresentando a síndrome de Guillan-Barré, também presente na evolução de outras doenças infecciosas. Por outro lado, há fortes evidências de que a infecção pelo vírus Zika, no início da gestação, pode acometer o desenvolvimento neurológico dos fetos, levando a

um quadro grave de microcefalia. Seu agente etiológico é um vírus do gênero *Flavivirus*, que foi isolado em 1947 numa floresta de Uganda, de nome Zika, em macacos Rhesus. Foi isolado em seres humanos em 1954, na Nigéria e sequenciado genomicamente em 2006. Em 2007, houve um surto da doença na Ilha Yap (Micronésia) e em 2013, uma epidemia nas Ilhas Polinésias Francesas. Em 2014, ocorreu um surto na Ilha de Páscoa (Chile) e em 2015, a doença foi diagnosticada pela primeira vez no Brasil.

O mosquito vetor é atualmente o único elo vulnerável da cadeia epidemiológica para redução da transmissão da dengue, da febre chikungunya e da zikavirose, pois ainda não há tratamento etiológico antiviral específico, nem vacinas efetivas e seguras disponíveis. O *Ae. aegypti* é o principal vetor, porém há outros mosquitos, principalmente do gênero *Aedes*, que também podem transmitir essas doenças. No final dos anos 1950 e princípios dos anos 1960, para evitar a transmissão da febre amarela no seu ciclo urbano, no qual o *Ae. aegypti* é também o seu vetor, o Brasil e mais 17 países das Américas eliminaram esse mosquito dos seus territórios. Porém, a partir de países que não lograram êxito nessa campanha, todos os países, com exceção do Chile continental e do Canadá, estão reinfestados.

Por que dengue, febre chikungunya e zikavirose reemergiram? Ainda não são conhecidos todos os fatores responsáveis por essas reemergências, porém, não há dúvida de que o aumento da densidade de infestação pelo *Aedes aegypti* é um dos principais.

E por que houve esse aumento da densidade de infestação pelo *Ae. aegypti*? Vários fatores podem ser apontados: 1. Migração rápida e intensa rural-urbana, após a II Guerra Mundial, com aumento da densidade populacional em áreas urbanas; 2. Sistemas inadequados de habitação, suprimento de água e destino de dejetos de grande parte dessa população urbana; 3. Aumento de produção de embalagens não-biodegradáveis e descarte inadequado de resíduos sólidos; 4. Aumento do número e da frequência de viagens marítimas e aéreas; 5. Aumento da produção de veículos automotores, com destino inadequado de pneus usados; 6. Ausência ou inefetividade de programas de controle vetorial.

Além desses fatores citados, o Brasil enfrenta uma situação grave em termos de urbanização: em média, mais de 85% da população é urbana, sendo este percentual maior na região sudeste; e 20% da população de médias

e grandes cidades vive em favelas, invasões, mocambos ou cortiços, onde as condições de habitação e saneamento (abastecimento regular de água e coleta regular de lixo) são bastante precárias, favorecendo a proliferação do mosquito vetor. Associa-se a isso, a complexidade da vida urbana, pelo problema da segurança e acesso às habitações para inspeção sanitária e a dificuldade da prática da fiscalização do grande número dos chamados pontos estratégicos para o controle da proliferação dos mosquitos, que incluem borracharias, depósitos de ferro velho, terrenos baldios, áreas públicas e cemitérios. A mão de obra tem sido considerada em número insuficiente e com instabilidade empregatícia, resultando baixa cobertura domiciliar, alta rotatividade e baixa qualidade de trabalho. A tudo isso associa-se o aparecimento de resistência do vetor aos larvicidas e inseticidas disponíveis atualmente.

O controle efetivo das doenças transmitidas

pelo *Ae. aegypti* exige inovações para seu aprimoramento. Há necessidade de técnicas diagnósticas laboratoriais mais rápidas e simples, vacinas protetoras eficazes e seguras, tratamentos antivirais, novos larvicidas e inseticidas para superar a resistência do mosquito aos atuais e medidas de controle vetorial mais efetivas. Entre estas, estão em desenvolvimento a técnica australiana de substituição dos mosquitos *Ae. aegypti*, por outros infectados com a bactéria *Wolbachia*, que impedem que os mosquitos transmitam os vírus; a técnica inglesa dos mosquitos transgênicos, que permitem uma supressão da espécie e os mosquitos irradiados, que também levam a uma supressão da espécie, pelos machos estéreis. Todas essas inovações já estão sendo testadas em vários países, inclusive aqui no Brasil.

Pedro Luiz Tauil é Professor Colaborador Voluntário da Faculdade de Medicina da UnB.

A tabela abaixo apresenta um comparativo entre os valores autorizados pelo Congresso Nacional para o investimento em Saúde (a) entre 2011 e 2015; os valores empenhados pelo Executivo (b), nos quais se verificam sucessivos cortes promovidos pelo Governo Federal; e os recursos drenados pelo pagamento de juros e serviços da Dívida Pública (c), em bilhões de reais. O investimento médio em Saúde no período gira em torno de 10% do montante destinado à rolagem da dívida.

Orçamento Federal - Valores Destinados à Saúde X Dívida Pública (R\$ bilhões)

Ano	Saúde - Valor Autorizado pelo Congresso	Saúde - Valor Empenhado pelo Executivo	Valor Cortado pelo Executivo	Valor Gasto com Juros e Amortizações da Dívida Pública Federal	Gastos com a Dívida / Gastos com Saúde	Percentual equivalente
	(a)	(b)	(a) - (b)	(c)	(c) / (b)	(b)/(c)%
2011	74,56	72,24	2,32	707,96	9,80	10,20%
2012	89,01	79,92	9,10	752,94	9,42	10,61%
2013	93,11	85,30	7,80	718,38	8,42	11,87%
2014	100,31	94,07	6,25	977,90	10,40	9,62%
2015	113,01	102,09	10,91	962,21	9,42	10,61%
TOTAL	470,00	433,62	36,38	4.119,39	9,50	10,53%

Fonte: SIAFI (Banco Access) - disponíveis em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/loa>

Elaboração: Assessoria Econômica da Liderança do PSOL na Câmara dos Deputados

Nota 1: Os valores da saúde correspondem à "Função Saúde", conforme disposto no SIAFI

Nota 2: Foram considerados os valores referentes ao refinanciamento ou "rolagem" da dívida, pois o governo inclui neste item grande parte dos juros pagos, conforme verificado na CPI da Dívida, proposta pelo PSOL

Leandro e Carlito, pensadores maiores de nosso tempo

Uma homenagem a dois homens que lutaram pela Humanidade.

Milton Temer

Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho são dois cúmplices principais de minha trajetória política. Ao longo de pelo menos quatro décadas, marchamos permanentemente alinhados nas avaliações de conjuntura e na determinação de objetivos concretos a que cada um resolveu dedicar suas vidas. Há quatro décadas tratados como os “direitistas da esquerda”, rimos, quase chegando ao fim do filme em que ainda estávamos os três juntos, ao constatar que, com raríssimas exceções, os que nos rotulavam “reformistas moderados” terminaram quase todos apóstolos do neoliberalismo. E dos mais sectários, como todos os renegados.

Mas embora alinhados, no mais das vezes, nos momentos deliberativos, não é assim que as coisas se registravam quando a conversa era particular. E descontraída. Nesses

momentos, destacava-se o perfil generoso de Leandro, numa definição que sempre me ocorre: era um dos mais inflexíveis militantes marxistas, mas sem ter inimigos de classe. Leandro não brigava no varejo. Ficava na dele.

Já não era assim com Carlito. Estava com a cabeça sempre muito mais ligada na luta política do que Leandro. Não é que não tivesse as mesmas prioridades culturais e acadêmicas. Mas enquanto Leandro aturava a atividade política, Carlito a cultuava. Com uma diferença fundamental entre os dois: convocados como militantes para qualquer tipo de reunião, o certo é que quem estará presente será o Leandro. Carlito sempre terá uma outra prioridade que o afaste da atividade prática.

Para resumir, se os dois se propuserem a, simultaneamente, produzir um livro, o de Leandro seria sobre teoria política. O de Leandro, não obrigatoriamente. Pode ser até que nos contemplasse com um romance policial,

um ensaio sobre o amor ou sobre a palavra e a escrita.

Com isso quero dizer que, embora as prioridades intelectuais fossem objetivamente distintas, em benefício de um Carlito militante e de um Leandro diletante, na hora da convocação para a tarefa partidária, a certeza do cumprimento, até antes do prazo, ia para Leandro Konder.

E eu nisso tudo? Terminei funcionando como aqueles peixes menores que sobrevivem na sobra dos predadores maiores, em cujos cascos se protegem pela proximidade. Aprendi com eles. Explorei o que eles estudaram, sugando-os nos debates fraternos que nós promovemos.

Agora que se foram, confesso me sentir meio isolado. E com uma imensa saudade.

Milton Temer é jornalista político, ex-deputado federal (PT-RJ) e fundador do PSOL.



O descaso e o extermínio:

Luciete Silva
Ubiratan Ribeiro

*“Hoje Deus anda de blindado, cercado
e protegido por dez anjos armados
A pomba branca tem dois tiros no peito...
dois tiros no peito”
Facção Central*

Extermínio e descaso podem ser vistos como coisas diferentes. “Extermínio”, segundo o dicionário Priberom, significa assolação, destruição. Já “descaso”, significa demonstração de desinteresse, desrespeito. No caso de alguns segmentos, como os povos indígenas e negros, articular estes dois conceitos nos ajuda a pensar em como, por muito tempo, a sociedade brasileira viu esses povos como seres inferiores. E se hoje podemos afirmar que são e estão entre os mais oprimidos, parece ser pelos resquícios destes tempos passados, ainda tão presentes.

As diversas nações indígenas foram afastadas e expulsas de suas terras pela ganância e o desrespeito, seja dos governos, ou também da sociedade, que simplesmente ainda os enxerga como sendo um povo nas terras brasileiras e não um povo a quem pertencem as terras brasileiras. Assim, continuam sendo a cada dia negligenciados, desrespeitados e exterminados de

forma constante e violenta. Mesmo nos dias atuais, a assolação contra os povos indígenas continua, com requintes de perversidade. A PEC 215, que segue a pleno vapor, visa conceder a responsabilidade pela demarcação de territórios indígenas para os parlamentares congressistas, estes que em sua maioria representam interesses do grande capital, do latifúndio e agronegócio; um Congresso onde as comunidades indígenas quase não possuem representação. Diante de nossa latente crise de representatividade, essa PEC é apenas uma mostra de como ainda hoje vivem ameaçados esses povos tradicionais.

Por outro lado, sem muitos esforços, podemos constatar que outros povos, por meios e razões diferentes e ao mesmo tempo parecidas, sofreram uma brutal penalidade, como a chamada escravidão negra. Foram trazidos para estas terras para enriquecer senhores e outras nações, e até os dias atuais, podemos observar que certa parcela desta população, ou sua maioria, ainda sobrevivem à margem de bens, serviços e direitos, às margens da democracia e da cidadania.

Entendemos o racismo na sociedade como algo estrutural. Fruto de um processo histórico de surgimento e expansão do capitalismo, em sua fase de mercantilismo, quando nossos ancestrais foram sequestrados de suas terras, nos países africanos, e trazidos nos porões imun-

dos de navios negreiros, atravessando o Atlântico negro, num processo que combinou a escravização negra com o genocídio das populações indígenas para estabelecer a exploração do pau-brasil, como fase inicial do processo de espoliação de nossas terras e nossas riquezas, passando pelo ouro e a prata, a cana-de-açúcar, a borracha, o café.

O povo negro nunca foi incluído no projeto de civilização que os “donos” do país formularam, trazendo imigrantes europeus para ocupar os cargos assalariados quando o capitalismo se organizou de forma a precisar de mão de obra remunerada para consumir os produtos ingleses, em expansão nessa etapa mercadológica. Havia até mesmo estudos “científicos” que inspiraram muitas defesas apaixonadas em relação a uma suposta inclinação “natural” dos negros ao crime, devido ao nosso formato do crânio. Sempre fomos suspeitos, e desde então havia uma intenção de eliminar nossa existência “para o bem da humanidade”. A “lei da vadiagem”, durante a monarquia, vai nesse sentido de negar aos negros e negras o direito ao espaço público. O tempo passou, o processo histórico nos relegou às periferias, e hoje ainda somos estes “suspeitos” nas ruas escuras, vítimas da criminalização, da perseguição, da violência: “bandido (negro) bom, é bandido morto”. Ainda lutamos pelo direito à cidade.

um olhar sobre o genocídio da população negra brasileira

A população negra lidera os índices entre os mortos por causas externas ou causas violentas, tais como confronto com a polícia militar. São tantos os casos que alguns estudos e pesquisas comparam os dados com os períodos de guerra. Só no ano de 2015, foram mais de 50 mil mortos. Destes, segundo o Mapa da Violência, 77% são negros, jovens e moradores das periferias, um índice muito alarmante. Nessa guerra não oficial, os jovens negros são exterminados, eliminados e alguns muitos são aprisionados, isolados e apartados do convívio social e dos direitos que uma certa Carta Magna “garante”, ou ao menos deveria garantir, a todo jovem, a todo cidadão.

A vulnerabilidade social da juventude negra reflete a baixa representatividade política que o setor social tem no poder público. O Estado brasileiro não sabe como lidar com a juventude, oferecendo como solução para seus problemas a polícia. Os chamados “au-

tos de resistência” são um mecanismo que, na prática, dá poderes à polícia para julgar e punir o “infrator” *in loco*, com a pena capital. Um mecanismo jurídico que facilita atitudes arbitrárias, a impunidade desses assassinos, e que tem um grande papel na reprodução do genocídio em curso no país. A violência extermina nossa juventude, interrompe sonhos, gera sofrimento e é fruto de um processo de criminalização da pobreza e militarização das periferias. É sem dúvida questionável o papel que desempenha a polícia nesse contexto.

O descaso também extermina. Afinal, territórios hostis tendem a fragilizar os já vulneráveis, que aí têm o chão de sua sobrevivência. A fragilidade da vida humana nestes territórios, a negligência e a exploração convêm a determinados grupos. A violência estrutura uma engrenagem macabra da morte, gerando lucros para poucos e miséria para

O povo negro nunca foi incluído no projeto de civilização que os “donos” do país formularam, trazendo imigrantes europeus para ocupar os cargos assalariados quando o capitalismo se organizou de forma a precisar de mão de obra remunerada para consumir os produtos ingleses

O sensacionalismo acompanha essa indústria da morte gerando ódio, incentivando o fascismo e com forte apelo entre a população iludida, assustada com a violência apresentada pelos programas de TV com viés policial, cheios de pretensões políticas. A pauta da criminalização do povo negro pobre conquista na marra corações e mentes, enquanto a morte violenta atinge jovens, mulheres e homens sem perguntar quem são.

muitos. É o “necro-poder”, estabelecido sobretudo na ponta da pirâmide em um contexto no qual a indústria das armas e o narcotráfico têm papel fundamental; papel este que penaliza apenas quem opera no varejo, a mão de obra barata e descartável, segundo a lógica do sistema. O sensacionalismo acompanha essa indústria da morte gerando ódio, incentivando o fascismo e com forte apelo entre a população iludida, assustada com a violência apresentada pelos programas de TV com viés policial, cheios de pretensões políticas. A pauta da criminalização do povo negro pobre conquista na marra corações e mentes, enquanto a morte violenta atinge jovens, mulheres e homens sem perguntar quem são. De diferentes formas, mas com a mesma indiferença.

E A POLÍCIA?

Num país como o nosso, em que a desigualdade social se estrutura na desigualdade racial, em que as senzalas de ontem são as favelas de hoje, em que há perseguição cultural, com fogo nos terreiros e pedradas nas ruas, é evidente a existência de cidadãos de primeira e segunda categoria.

É urgente discutir o papel da polícia. Mais ainda, é urgente discutir o que seria política de segurança pública para o combate à desigualdade. Também se faz

fundamental uma profunda discussão com toda a sociedade sobre a chamada “guerra às drogas”, uma política iniciada na primeira metade do século passado com viés racista, xenofóbico e sem nenhuma intenção de resolver o problema. Tanto é que, até hoje, nunca em lugar algum resolveu a questão do tráfico e do uso de drogas. Pelo contrário, aumentou a violência, “justificou” ações arbitrárias da polícia nas periferias, violações de direitos humanos, tortura, condução coercitiva, excessos e abusos, aumentando a violência, o medo e as mortes. É o principal motivo de encarceramento de jovens, principalmente de mulheres: entre 2000 e 2012, o encarceramento feminino aumentou 246% e o masculino, 130%.

As encarceradas são em sua maioria mulheres negras e pobres. Algumas cometeram furtos, outras foram usadas como mulas para transportar drogas ilícitas em prol da manutenção de seu uso, ou ainda como forma de agradar, ou mesmo cumprir demandas arquitetadas por seus namorados, maridos.... Algumas são mães com filhos pequenos, outras se tornam mães na cela. Lá permanecem por tempo indeterminado, apenas por não ter quem as represente, enquanto lá fora os verdadeiros culpados se mantêm livres, aliciando novas vítimas de um sistema que a cada dia colabora para que haja mais e mais encarceradas sem prazo para a liberdade.

Até 2015, o Brasil tinha pouco mais de 600 mil pessoas encarceradas. Em comum, o fato de serem em sua maioria negra, sem escolaridade e da periferia. Coincidência? Não, racismo. O lugar social do negro e da negra tem sido a marginalidade e a exclusão. Por que o negro e a negra não estão nas universidades públicas? Educação é um direito, não uma mercadoria que deve ser comprada ou mesmo disputada. O descaso é também uma decisão política.

O descaso com a prestação dos serviços públicos, como a educação e a saúde, o sucateamento e a precarização destes, é também uma política de extermínio daquelas e daqueles que dependem exclusivamente destes serviços. Muita gente tem morrido nas filas de hospitais, muitas gerações têm sido perdidas pelo descaso com a educação nesse país. No contexto capitalista brasileiro, o neoliberalismo é para poucos e o conservadorismo serve aos brancos. A política de Estado Mínimo, as privatizações, as terceirizações são, desta forma, medidas que aprofundam a desigualdade e a miséria; aprofundam o racismo no nosso país.

Mulheres são negligenciadas ao entrar em um consultório médico por serem negras, outras são impedidas de ter tratamento simplesmente por sua condição humilde e falta de informação. Mães são ignoradas ao buscar atendimento para os filhos nos postos de saúde, nas filas para

creche, ou mesmo em lojas, por se presumir que lá entraram para roubar. Simplesmente por ser quem são: mulher negra, pobre, suspeita.

As periferias onde vive a população negra são um território onde se aprende, com a morte, a sobreviver no silêncio. Estes descasos e violências sistematicamente cometidos, por poucos denunciados e por muitos ignorados, ainda fazem do país um celeiro de injustiças e um palco para as desigualdades. O racismo e o preconceito, cometidos de forma tão escancarada, e ao mesmo tempo tão dissimulada e “mal disfarçada”, nos fazem, até hoje, um povo que em nome de uma falsa amabilidade, aquela tal “cordialidade”, comete injustiças e violências, amparado por um Estado conivente.

nidade. Essa triste realidade não é encontrada em livro de ficção, mas nas páginas de uma vida dura. A violência cotidiana crescente, que cerca a vidas dessas jovens mulheres negras, mães trabalhadoras, sem acesso e sem direitos, vem, sobretudo daquele que deveria proteger: o próprio Estado. Como explicar, como apontado no Mapa da Violência, que enquanto o número de mulheres violentadas brancas diminuiu, os índices de mulheres negras violentadas aumentaram?

Essa realidade demonstra que o Estado sempre enxergou estes segmentos, mulheres, indígenas e negros, como meros seres sem direitos e, portanto, úteis apenas para a mão de obra subalternizada. Mesmo sendo distinto do extermínio, o descaso também é letal. Os formatos e contextos

mento de encarceramentos, sobretudo femininos? O avanço do conservadorismo é o avanço do racismo no nosso país. A democracia precisa chegar nas periferias, a cidadania deve sair do papel. É urgente defender a concretização da laicidade; uma educação pública, democrática e de qualidade; um sistema de saúde público digno, humanizado; a legalização do aborto. Distribuir as riquezas do país é uma necessidade. Não menos importante é acabar com a farsa da “guerra às drogas”: é preciso legalizar e descriminalizar as drogas, repensar o papel da polícia e da política militarizadas, acabando com os chamados “autos de resistência” ou a “resistência seguida de morte”, mecanismo jurídico que contribui com o extermínio de jovens e que acaba arquivado

A democracia precisa chegar nas periferias, a cidadania deve sair do papel. É urgente defender a concretização da laicidade; uma educação pública, democrática e de qualidade; um sistema de saúde público digno, humanizado; a legalização do aborto. Distribuir as riquezas do país é uma necessidade.

São tantos os casos, os fatos, e as desagradáveis verdades embutidas na reprodução do racismo, que situações envolvendo mulheres, negras, pobres, miseráveis, não incomodam, não assustam. Não há justiça nem sensibilidade para com elas. O racismo não é algo isolado para essas mulheres e homens que sobrevivem às margens de uma quase inexistência. O racismo para essas pessoas não aparece de vez em quando. É cotidiano, é estrutural, direto e indireto.

Encarceradas, faveladas, assassinadas por negligência ou mesmo por parceiros que acreditam na manutenção da impu-

são diferentes, mas o alvo são os que sempre estiveram historicamente distantes do Estado. A legalidade continua provocando a negligência, que provoca o descaso, que mantém o extermínio.

Portanto, é imprescindível fazer o corte étnico ao pensar a desigualdade social brasileira. Combater o racismo, acabar com o genocídio da população negra é urgente. Como explicar que justamente no momento em que temos implantadas mais Políticas de Promoção da Igualdade Racial (PIR), haja um salto absurdo nos índices de extermínio da juventude pobre, negra e periférica; um grande au-

pelo judiciário majoritariamente branco brasileiro. Enfim, são precisas mudanças estruturais na sociedade, e isso não cairá do céu, mas será conquistado com muita luta e resistência!

Ocupar, resistir e transformar! Até a vitória! Um solene viva à União dos Palmares!

Luciete Silva é membro da Executiva Nacional do PSOL e militante do Círculo Palmarino.

Ubiratã Ribeiro é militante do PSOL e do Círculo Palmarino.

Meu Maio

*A todos
Que saíram às ruas
De corpo-máquina cansado,
A todos
Que imploram feriado
Às costas que a terra extenua –
Primeiro de Maio!
Meu mundo, em primaveras,
Derrete a neve com sol gaio.
Sou operário –
Este é o meu maio!
Sou camponês - Este é o meu mês.
Sou ferro –
Eis o maio que eu quero!
Sou terra –
O maio é minha era!*

Vladimir Maiakovski

UM PARTIDO NECESSÁRIO

10 ANOS DO PSOL

A breve trajetória de um dos partidos que mais crescem na esquerda brasileira, suas conquistas e desafios analisados por diferentes olhares

Afrânio Boppré

Albanise Pires

Babá

Chico Alencar

Edilson Silva

Edmilson Rodrigues

Gilberto Maringoni

Ivan Valente

Juliano Medeiros

Lincoln Secco

Luciana Genro

Luiz Araújo

Milton Temer

Roberto Robaina





VIII Foro Social Panamazónico

*Tarapoto, Perú
Abril 2017*

www.forosocialpanamazonico.com